

POSSE

TRF recebe dois novos desembargadores federais



ESPECIAL

DNIT é condenado a indenizar viúva de vítima de atropelamento

Consulta Processual Eletrônica. O judiciário mais próximo de você.

Acesse: www.processual.trf1.jus.br



Consulta
Processual

Tribunal Regional Federal da 1.^a Região



Ao leitor

Os novos modelos de gestão têm privilegiado a adoção de políticas de pessoal voltadas para a construção de um clima de satisfação favorável dentro da organização. Práticas integradoras e de valorização do ser humano, abertura para o diálogo e comunicação de ideias, reconhecimento e respeito às necessidades pessoais são algumas das ações que interferem diretamente na prestação do serviço público de qualidade. Mais do que um alto salário ou posto de comando na instituição, um ambiente de trabalho harmônico, em que a pessoa se sinta realizada com o que faz e integrada nas relações interpessoais, é determinante para uma prestação de serviços mais focada no papel social da instituição. Sentir-se motivado e feliz no ambiente de trabalho pode ser retorno garantido em produtividade e bons serviços prestados à sociedade. Nesta edição, veja reportagem sobre satisfação no trabalho. Pesquisa revela que quase metade dos trabalhadores, do setor privado e do público, não está feliz com as atividades que vem desenvolvendo. Os motivos vão desde a baixa remuneração até a falta de investimentos em capacitação, entre outros fatores que influenciam no grau de satisfação dos profissionais e interferem na qualidade de vida no trabalho. A reportagem mostra, também, a experiência de colegas que resolveram reagir à letargia do comodismo e à falta de perspectiva e descobriram ser possível encontrar novos caminhos para uma vida profissional mais feliz.

Você acompanha, também, o registro completo da instalação das varas federais de Irecê e de Feira de Santana, assim como a inauguração da sede da nova vara de Irecê, ambas no interior da Bahia. Um passo adiante rumo à interiorização da Justiça Federal da Primeira Região.

E o entrevistado deste mês é o desembargador federal Leomar Barros Amorim, que deixou o cargo de conselheiro do Conselho Nacional de Justiça após cumprir mandato no biênio 2009-2011. Ele falou à Primeira Região em Revista sobre sua participação como membro desse órgão de composição tão heterogênea, as experiências e o aprendizado ali adquiridos.

A revista traz também os ensinamentos da consultora organizacional Shirley Pontes, que faz relevantes recomendações de como conviver com as frequentes situações de conflitos às quais estamos submetidos diariamente no trabalho, em casa, na rua, em todo lugar. Segundo ela, administrar tais conflitos é algo que pode ser aprendido. Veja como na editoria Comportamento.

E uma questão polêmica para provocar em você, leitor, a reflexão e suscitar o debate: você concorda com o fim do uso da letra cursiva durante o período de alfabetização das crianças, especialmente em razão das novas tecnologias que estão influenciando a educação? Confira na editoria Direto da Rede.

Acompanhe também os detalhes da solenidade de posse e apresentação dos desembargadores federais Néviton Guedes e Kassio Marques como membros do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região.

Aproveitem a revista!

Ivani Morais
Chefe da Assessoria de Comunicação Social
Tribunal Regional Federal da Primeira Região

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1.ª REGIÃO

OLINDO MENEZES - Presidente
JOSÉ AMILCAR MACHADO - Vice-Presidente
CÂNDIDO RIBEIRO - Corregedor-Geral

DESEMBARGADORES FEDERAIS

TOURINHO NETO
CATÃO ALVES
ASSUETE MAGALHÃES
JIRAIR ARAM MEGUERIAN
MÁRIO CÉSAR RIBEIRO
TOLENTINO AMARAL
HILTON QUEIROZ
CARLOS MOREIRA ALVES
ITALO MENDES
CARLOS OLAVO
DANIEL PAES RIBEIRO
JOÃO BATISTA MOREIRA
SOUZA PRUDENTE
SELENE ALMEIDA
FAGUNDES DE DEUS
MARIA DO CARMO CARDOSO
LEOMAR AMORIM
NEUZA ALVES
FRANCISCO DE ASSIS BETTI
REYNALDO FONSECA
ÂNGELA CATÃO
MÔNICA SIFUENTES
KASSIO MARQUES

Diretor-geral da Secretaria:

Felipe dos Santos Jacinto

Conselho Editorial:

Secretário-geral da Presidência – Joseny Marques Freire
Chefe da Assessoria de Comunicação Social – Ivani Moraes (Reg. Prof. DF 2747)
Supervisora da Seção de Produção de Jornal, Marcela Correia (Reg. Prof. DF 6672)
Supervisora da Seção de Produção Audiovisual, Etiene Gomes de Carvalho (Reg. Prof. 4165 DF)
Supervisora da Seção de Imprensa, Marília Maciel Costa.

Editora-Chefe

Ivani Moraes

Editora-Executiva

Marcela Correia

Redatores

Chico Camargo (Reg. Prof. DF 7350), Etiene Gomes (Reg. Prof. DF 4165), Euvaldo Pinho, Marcela Correia (Reg. Prof. DF 6672), Márcia Murça Barroso, Martha Hormann, Ricardo Cassiano (Reg. Prof. DF 3026) e Sônia Martins

Estagiários

Fernanda Medeiros, Lécio Luiz, Paula Oda e Raissa Capibaribe

Colaboração

Supervisores das Seções de Comunicação Social das Seções Judiciárias da 1ª Região

Revisão

Márcia Murça Barroso

Projeto Gráfico e edição

Jordânia J. Alves

Fotos

Brito Júnior, Euvaldo Pinho, Leonardo Costa, Luiz C. B. Xavier, Mauro Putini, Ramon Pereira, Saulo Cruz e Secos da 1ª Região

Fotolitos

Empresa Ryobi Gráfica e Editora

Impressão

Gráfica do TRF da 1ª Região

Tiragem

1.000 exemplares
Distribuição eletrônica em toda a 1ª Região

Contato

primeireregiaoemrevista@trf1.jus.br

FOTO: MAURO PUTINI



10 | Capa

Quase metade dos servidores públicos estão insatisfeitos com o ambiente de trabalho, segundo pesquisa. Como mudar esse quadro?

Acesse www.trf1.jus.br

Portal do TRF1

e-Cint
Sistema de Citação e Intimação Eletrônica

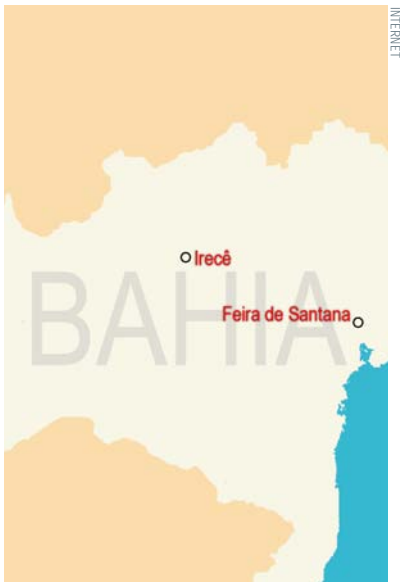
Consulta Processual
Consulta processual da Primeira Região

e-Proc
Sistema de Petição Eletrônico

Acesse

Assessoria de Comunicação Social – Ascom

Praça dos Tribunais Superiores
SAS Quadra 2, Bloco A, Edifício-Sede I, sala 3
CEP: 70095-900
Fones: (61) 3314.5371/79 Fax: (61) 3226.4985
e-mail: ascom@trf1.jus.br



22 | Painel

Feira de Santana e Irecê, na Bahia, inauguram novas varas federais



44 | Por aí

Veneza: apaixone-se também



50 | Saúde

O perigo da silenciosa e recorrente infecção urinária

6 | Entrevista

Após cumprir mandato, desembargador federal Leomar Amorim conta como foram os dois anos em que atuou como conselheiro do CNJ

26 | Capacitação

Agentes de segurança participam de curso de direção defensiva

36 | Panorama Primeira Região

Fique por dentro dos principais fatos das Seções e Subseções Judiciárias

38 | Artigo

A escala de coercitividade das medidas cautelares penais
Por Carlos Henrique Borlido Haddad, juiz federal da SJ/MG

48 | Comportamento

Conflito interpessoal no trabalho. Como lidar com ele?
Por Shirley Pontes



No período, o conselheiro Leomar atuou como relator em variados processos, tais como remoção e promoção de juízes, e examinou procedimentos administrativos de avaliação de conduta de magistrados, entre outros.

CHICO CAMARGO

O desembargador federal Leomar Amorim encerrou no mês de julho, após cumprir mandato de dois anos (2009/2011), sua atuação como membro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O magistrado fez parte da terceira composição de conselheiros e foi o segundo representante do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1.ª Região no CNJ.

No período, o conselheiro Leomar atuou como relator em variados processos, tais como remoção e promoção de juízes, e examinou procedimentos administrativos de avaliação de conduta de magistrados, entre outros. O magistrado contribuiu, ainda, para o movimento pela conciliação com intensa participação na última campanha nacional sobre o tema.

Em sua despedida, o ex-conselheiro disse que o Conselho Nacional de Justiça extrai sua legitimidade democrática não só de sua composição heterogênea, mas, sobretudo, do fato de ser o grande protagonista da mudança de mentalidade que ora se opera no Poder Judiciário. "Penso que o CNJ, neste terceiro mandato dos conselheiros (2009/2011), que ora se encerra, por um lado se caracteriza por colmatar um déficit de controle dos tribunais sob a responsabilidade, a deontologia e a disciplina dos juízes brasileiros e, por outro, põe em relevo a importância da atividade-fim do Judiciário".

Leomar Barros Amorim de Sousa é natural de Itapecuru-Mirim/MA e tomou posse como desembargador federal do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região em 17 de março de 2004, promovido pelo critério de antiguidade. Sua investidura na Justiça Federal deu-se em 23 de fevereiro de 1987, na função de auxílio à 1.ª Vara da Seção Judiciária do Maranhão.



Após passar dois anos, entre julho de 2009 a julho de 2011, como conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o senhor acha que o órgão, com função de controle administrativo do Poder Judiciário, cumpre a sua missão de fazer com que a prestação jurisdicional seja realizada com moralidade, eficiência e efetividade?

Num país de dimensão continental como o Brasil, com 91 tribunais e aproximadamente 15 mil magistrados, é difícil cumprir o postulado constitucional da razoável duração do processo. Mas um esforço coordenado e supervisionado pelo CNJ, com relação à Meta 2 (julgamento de processos distribuídos aos juízes de 1.º e 2.º graus e tribunais superiores distribuídos até 31/12/2006), assim como a Meta 3 (redução, no mínimo, de 10% do acervo de processos na fase de execução e 20% de execuções fiscais), impulsiona o Judiciário a cumprir a exigência de uma prestação jurisdicional mais eficiente e efetiva.

Quanto à moralidade, há que exigir dos magistrados uma atuação proba, retilínea, exemplar, orientada por altos padrões éticos. Como eu disse em entrevista (CNJ), “as punições de magistrados por desvio de conduta, embora inexpressivas numericamente (menos de 1%), reflete os novos *standards* deontológicos reclamados por uma sociedade aberta e pluralista”.

Quais eram as suas funções como conselheiro?

Examinar os procedimentos previstos no regimento interno do CNJ. Por exemplo, no procedimento de controle administrativo (PCA) aprecia-se ato administrativo dos órgãos jurisdicionais, sob a ótica da legalidade objetiva. Este procedimento assemelha-se ao mandado de segurança, inclusive prevê a antecipação da tutela administrativa. Po-

der-se-ia dizer que é ontologicamente como um “mandado de segurança administrativo”.

Já o pedido de providências (PP), outro tipo de procedimento, pode comparar-se a uma espécie de “ação ordinária administrativa”, pois é cabível a qualquer expediente que não tenha classificação específica, inclusive autoriza tutela liminar. Há outros procedimentos, tais como consulta, revisão disciplinar, etc.

Como era a sua rotina de trabalho no Conselho?

O CNJ ainda não tem corpo funcional. Aguarda-se até hoje deliberação do Congresso para criação dos cargos. Tive uma excelente assessora que levei do meu gabinete, a doutora Sandra Miranda dos Santos, sem a qual certamente não teria o êxito alcançado, assim como a estagiária Karol Moreira. Nada mais que essas duas servidoras.

O início foi difícil; não tínhamos qualquer modelo ou padrão de despachos e votos. Em poucos meses, entretanto, nos adaptamos à rotina do Conselho. Entre as sessões de julgamento, apreciávamos os pedidos de liminar, proferíamos votos e despachos, assim como recebíamos as partes e advogados. A grande vantagem é que os procedimentos são eletrônicos; podíamos despachá-los em qualquer lugar do planeta onde tivesse internet.

Qual ação do CNJ o senhor destacaria como sendo aquela transformadora a ponto de modificar o conceito de “morosa” que a opinião pública tem da Justiça brasileira?

Não há uma ação específica. Várias foram as iniciativas para cessar a morosidade da Justiça. Destaco as metas, nomeadamente as metas 2 e 3 já referidas.

// Num país de dimensão continental, como o Brasil, com 91 tribunais e aproximadamente 15 mil magistrados, é difícil cumprir o postulado constitucional da razoável duração do processo. //

Em seu ponto de vista, desde que foi instalado, em junho de 2005, que benefícios a atuação do Conselho já trouxe aos jurisdicionados?

Creio que maior fiscalização da atividade-fim e da atividade-meio do Judiciário, afastando uma certa inércia existente, embora com algumas queixas dos tribunais. Em consequência, a Justiça tornou-se mais efetiva e transparente, assim como mais próxima dos jurisdicionados.

Em que medida a experiência vivida nesses dois anos como conselheiro modificou a sua percepção da eficiência e da eficácia da prestação jurisdicional em nosso País?

O mandato de conselheiro do CNJ permite uma visão panorâmica do Judiciário brasileiro, de seus problemas e dificuldades para atuar de forma célere. Tenho 24 anos de magistratura; portanto, certa experiência com as questões da Justiça.

Julgo que o maior entrave à celeridade processual são as leis, que criam procedimentos, formalidades, recursos que muitas vezes tornam ineficaz a decisão judicial. Dou exemplo: mais da metade das sentenças proferidas na Justiça do Trabalho são títulos “sem fundos”. É que quando executados os títulos judiciais a parte demandada já desfez o patrimônio; nada haverá para penhorar. Foi isso que ouvi de colegas da Justiça do Trabalho no Maranhão. Acredito que o fenômeno também ocorre na Justiça estadual.

Esperamos que a reforma do CPC que tramita no Congresso Nacional remova esses obstáculos.

Que aprendizado, ou aprendizados, o mandato proporcionou, tanto em termos profissionais como

personais, ao colaborar em um conselho de composição tão heterogênea?

O aprendizado é incalculável. Talvez somente daqui a alguns anos possa mensurá-lo. Procurei sempre agir com imparcialidade, equilíbrio e ponderação. Atuei no Conselho como juiz, sempre de acordo com as altas exigências de uma decisão justa, embora atuando num órgão administrativo.

Devo lembrar que o CNJ assemelha-se a um tribunal administrativo, como se fosse um contencioso administrativo, como existe na França. A única diferença – vamos dizer assim – dos tribunais administrativos é que as decisões do CNJ não fazem coisa julgada material. Por isso, podem ser impugnadas na via judicial.

Por fim, após dois anos no Conselho Nacional de Justiça, ao retornar às suas atividades no TRF, que mensagem o desembargador traz para seus colegas?

A de que procurei honrar o mandato que recebi, assegurando a independência do Poder Judiciário, dado que o juiz está subordinado somente à Constituição, às leis e à sua consciência.

O CNJ é um órgão complexo, heterogêneo, formado por segmentos distintos de órgãos do Estado. Há, algumas vezes, embates internos, com qualquer órgão, num Estado de Direito, fruto de visões distintas dos fenômenos. Essa dialética é desejável e inerente ao ser humano. O debate, que se exige em tom elevado, só ilumina e aperfeiçoa as decisões.

Em fim, procurei honrar, sobretudo, o TRF-1, um tribunal com jurisdição continental, cujos magistrados de 1.º e de 2.º grau são exemplos de honradez, exatidão e probidade. ■

Trabalhe mais FELIZ

PESQUISA REVELA QUE QUASE METADE DOS TRABALHADORES, INCLUINDO OS SERVIDORES PÚBLICOS, É INFELIZ NO TRABALHO. MUDANÇA DE HÁBITOS E “PÉ NO CHÃO” NA HORA DE TOMAR DECISÃO PODEM TRAZER EQUILÍBRIO E TORNAR O AMBIENTE DE TRABALHO MAIS PRAZEROSO

▼ RICARDO CASSIANO

Você é feliz no trabalho? Se respondeu, de imediato, que sim, está tudo bem. Se parou um pouco para refletir, essa pode ser também uma boa hora para repensar a vida profissional. A notícia animadora para os insatisfeitos é que eles não estão sozinhos. Uma pesquisa divulgada neste mês, feita por uma empresa de consultoria de Recursos Humanos instalada em São Paulo, revela que 48% dos trabalhadores estão infelizes no emprego.

A pergunta foi direcionada a seis mil trabalhadores, de diversas áreas e níveis hierárquicos. Como critério para definir o que é “ser feliz”, foram apontados quatro referenciais: sentir-se bem, estar motivado, realizado e com boas perspectivas de crescimento, em pelo menos 70% do tempo. No serviço público, o resultado não foi diferente. Entre os servidores que responderam à pergunta, inseridos numa amostra de 2,2 mil graduados, 47,6% demonstraram descontentamento. “O fato de a pessoa estar no funcionalismo não a faz nem menos nem mais feliz do que os profissionais do serviço privado”, diz Elaine Saad. Gerente da empresa Right Management, que promoveu a pesquisa, ela conta que o grau de insatisfação – no conjunto das respostas – está relacionado a características comuns, como idade, formação e área de atuação.

Funcionários com até 30 anos representaram 32% dos entrevistados infelizes. Na faixa entre 40 e 50 anos, o índice caiu para 8%. No quesito formação, enquanto 61% dos graduados disseram “não”, uma fatia de apenas 5% do grupo com mestrado mostrou-se insatisfeita. E com relação ao nível hierárquico, também foi constatada uma disparidade considerável. No setor privado, entre os analistas consultados, 26% afirmaram estar descontentes no ambiente de trabalho. Já entre os presidentes e diretores de empresas, o percentual limitou-se a 8%.

Segundo a coordenadora da pesquisa, a remuneração também pesou nos resultados. Elaine afirma que, além do salário, os benefícios, prêmios e investimentos em treinamento influenciam, direta ou indiretamente, no grau de satisfação dos profissionais. “Se essa parte estiver defasada, eles não se sentem realizados”.

“O fato de a pessoa estar no funcionalismo não a faz nem menos nem mais feliz do que os profissionais do serviço privado”

Elaine Saad, coordenadora da pesquisa

Mudança – A servidora da Assessoria de Comunicação Social (Ascom/Segep), Martha Hormann, já passou pelo grupo dos “insatisfeitos”. Aprovada no concurso para analista em 1993, ela já soma 18 anos na Justiça Federal. Começou essa jornada na antiga seção de registro e informação processual do Tribunal – hoje Corip – e passou pela secretaria do Plenário até chegar ao primeiro gabinete, onde ficou por mais de seis anos.

Apesar do empenho diário, Martha sentia-se frustrada e sem perspectiva. A situação se agravou quando o volume de trabalho afetou sua saúde. Uma Lesão por Esforço Repetitivo (LER) deixou a analista afastada 22 meses da mesa de trabalho. Quando voltou, ainda não estava 100% restabelecida. Como sentia dores nas mãos e nos braços e não podia escrever por muito tempo, foi lotada na Revista de Jurisprudência, da Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação (Cojud/Diges). Foi quando reencontrou o prazer no trabalho.

Na época, o periódico abriu espaço para entrevistas com personalidades da comunidade jurídica, trabalho que a servidora logo abraçou. “Comecei a fazer pesquisa sobre os assuntos atuais do Direito, leis novas, coisas novas que estivessem acontecendo, e buscava uma pessoa interessante para dar entrevista”, relembra. As gravações passavam

pela taquigrafia e eram editadas pela analista. Foram nove anos de trabalho prazeroso.

Em 2009, Martha deu outra virada na carreira e voltou a trabalhar em gabinete. Quatro meses depois, transferiu-se para a equipe da desembargadora federal Selene de Almeida. Lá, sentia-se bem com o ambiente e tinha um bom relacionamento com a magistrada e com os colegas de trabalho. Por isso, nem cogitava sair. Há dois meses, contudo, deparou-se com uma nova oportunidade. “Quando eu vi que surgiu uma vaga na Ascom, eu fiquei muito interessada. E aí não pude resistir e fui me candidatar”, conta sorrindo.

A experiência da servidora na área judiciária ajudou a assumir as novas funções. Na Ascom ela acompanha sessões de julgamento, “transforma” decisões judiciais em reportagens, publicadas no sítio do Tribunal, e escreve matérias para a Primeira Região em Revista. “Me sinto superfeliz, gosto dos colegas, da atividade, gosto de tudo. É a melhor fase que tive, profissionalmente, desde que entrei no Tribunal”, confessa.

Ambiente – Para a servidora, o bom ambiente de trabalho é o principal fator que leva à satisfação profissional. Manter essa harmonia é um grande desafio. A articulista de comportamento da Primeira Região em Revista e mestre em administração pela Universidade de Brasília (UnB), pro-



Martha Hormann, da Ascom, reencontrou, na arte de reportar, a satisfação profissional



Pesquisa

VOCÊ É FELIZ NO TRABALHO?



Não	Sim
48%	52%
2.880	3120

INSATISFEITOS – POR IDADE:

Até 30 anos	de 40 a 50 anos
32%	8%



INSATISFEITOS – POR FORMAÇÃO:



Graduados	Mestrado
61%	5%

INSATISFEITOS – CARGO:

Analistas	Presidentes e diretores
26%	8%

Right Management – www.rightbrasil.com.br

3 DICAS PARA VENCER A INSATISFAÇÃO NO TRABALHO

- 1- fazer uma auto-reflexão do nível de satisfação com o trabalho e identificar os pontos negativos
- 2- conversar francamente com chefe imediato ou área de RH
- 3- colocar um plano em prática para resolver o problema. Nunca agir precipitadamente

fessora Shirley Pontes, dá a dica: pequenos hábitos diários podem ajudar, e muito, nas relações de trabalho. Ela cita o individualismo como o grande provocador de “mal-estar”. “Competir internamente na organização é um erro recorrente que mina as forças da equipe”, afirma. Para a especialista, aceitar as diferenças e entender que as pessoas vivem estágios distintos de maturidade é fundamental. Isso contribui para um ambiente mais colaborativo e leve, mesmo que a rotina exija “sacrifícios”.

A pressão por resultados, presente também em segmentos do serviço público, é justificativa recorrente dos insatisfeitos. “Muita gente entrega a função para trabalhar com menos pressão.... Dar o horário, e ir para casa”, revela uma servidora da área de Recursos Humanos do Tribunal. Shirley Pontes define essa “carga” como uma característica das sociedades modernas, que advém, essencialmente, de uma população mais informada e que, portanto, cobra mais qualidade e celeridade. “Isso [a pressão] não pode se tornar um fator destrutivo”, alerta. Quando a pressão parte de cima para baixo, muitos profissionais não suportam e também terminam por deixar o cargo, a função, a remuneração. Nessa circunstância, saber entender as atitudes dos dirigentes pode ser o diferencial. Por outro lado, quem está no comando não deve negligenciar a habilidade de gerir pessoas. “Os chefes precisam se capacitar em questões de liderança e competências gerenciais”, adverte a professora.

Na relação entre patrão e empregado, muitas vezes melindrosa, a corda costuma rebentar no ponto mais fraco: o funcionário. Mas antes de jogar a toalha é preciso fazer uma boa avaliação, com calma e lucidez. “As pessoas agem muito por impulso. Falam: ‘não quero mais trabalhar aqui’. Uma semana depois se arrependem”, exemplifica a gerente de RH Elaine Saad. A dica da especialista é manter o foco na carreira, considerando o longo prazo, e, principalmente, fazer uma autorreflexão para identificar os verdadeiros fatores que levam à insatisfação.

Banco de talentos – No âmbito do TRF da 1.ª Região, a Divisão de Desenvolvimento e Avaliação de Recursos Humanos (Direh/Secre) mantém um banco de talentos para seleção de servidores e preenchimento de funções comissionadas (FCs): uma ferramenta à mão daqueles que pretendem dar uma guinada na carreira. Sempre que surgem vagas, os gabinetes ou seções podem recorrer ao banco para encontrar profissionais com perfil adequado.

“Nem só de responsabilidades vivemos. Precisamos ter tempo para amigos, familiares, para passear e desfrutar da cultura e da arte”

Shirley Pontes, professora e consultora organizacional

“É um serviço que vem crescendo nos últimos anos, tanto por parte da área requisitante quanto de servidores que pleiteiam uma nova área”, pontua Ana Gabriela Moreira, supervisora da Seção de Recrutamento, Seleção e Colocação de Pessoal (Sesel/Direh).

Quando as necessidades do Tribunal encontram os anseios do servidor, ocorre o casamento. Somente neste ano, 68 vagas foram preenchidas por processo seletivo mediado pela Sesel. Para o servidor, tudo começa quando ele procura a Direh e informa o local, a atividade e a função pretendidos, além de suas qualificações. No primeiro contato, os candidatos são entrevistados por psicólogas do RH. O objetivo é identificar os reais motivos do pedido de transferência. “A gente vê se é saúde, se é relacionamento, se é um problema na família que está afetando”, explica a psicóloga Maria de Jesus Frazão. A servidora também faz avaliações que aferem o desempenho e a disciplina dos candidatos no ambiente de trabalho. Muitas vezes, a orientação profissional da Direh ajuda a resolver o problema sem ser preciso fazer a mudança. Em outros casos, uma atenção especial à saúde pode ser a solução.

A própria psicóloga já passou por um longo período de tratamento médico, após sofrer com o mal do estresse. Chegou a passar 39 dias em casa, e teve um princípio

de Acidente Vascular Cerebral (AVC). Enquanto se tratava, durante um ano, até novembro de 2010, recebeu todo o apoio e acompanhamento da equipe de saúde do Tribunal. Jesus conta que recebeu com surpresa a ligação da médica responsável. “Quando viu meu atestado, ela me ligou imediatamente e conversou muito comigo”, recorda. “Tudo colaborava para eu me sentir melhor. A gente vê que eles realmente se importam com os pacientes”.

Casos como o de Maria de Jesus são tratados pela Secretaria de Bem-Estar Social (Secbe). Por meio da Divisão de Assistência à Saúde (Diasa/Secbe), os servidores recebem atendimento médico de emergência, além de um leque de serviços que incluem as áreas de nutrição, odontologia e psicologia, e ajudam a manter o equilíbrio na rotina de trabalho. Na Divisão de Saúde Ocupacional (Disao/Secbe), os beneficiários também contam com o controle de exames periódicos. Os servidores com até 45 anos de idade são notificados, a cada dois anos, sobre a atualização do check-up preventivo. Acima dos 45 anos, o controle é anual. São oferecidos exames de sangue, ginecológico, urológico, audiométrico e oftalmológico, entre outros específicos. Os atendimentos ajudam a amenizar quadros clínicos instáveis que afetam a produtividade e acabam resvalando na qualidade de vida como um todo.



De psicóloga à paciente: Maria de Jesus Frazão venceu o estresse e um princípio de AVC com ajuda da equipe médica do Tribunal



É BOM SABER

1- Aceite as diferenças

As pessoas são singulares e estão em estágios diferentes de maturidade, portanto evite criticar os colegas por que eles não são iguais a você.

2- Crie um ambiente colaborativo

Nada melhor que trabalhar onde todos se ajudam mutuamente e reconhecem o bom desempenho.

3- Valorize

Valorizar a equipe criar a relação produtiva e ajuda a estabelecer mais confiança no grupo.

4- Elogie

Procure sempre elogiar o que é elogiável, de forma sincera e não por obrigação.

É BOM EVITAR

1- Emocional muito exacerbado

2- Falta de comunicação clara e transparente com chefes e colegas

3- Falta de auto-conhecimento e reflexão sobre o perfil profissional

4- Descuido com o próprio projeto de carreira

Dicas: Shirley Pontes e Elaine Saad



IMAGENS: STOCKXCHING

Teste

O estresse está cada vez mais presente na vida dos trabalhadores. No Brasil, esse mal atinge cerca de 70% dos profissionais. Faça o teste e descubra se o seu trabalho está estressando você.

O TRABALHO TE ESTRESSA?

Responda aos itens abaixo marcando cada um deles, numa escala crescente de 1 a 5.

Trabalho sob constante pressão

Não sou reconhecido (a) pelo trabalho que faço

Minha atividade profissional não propicia desafios

Uso medicamento/bebida alcoólica para relaxar

Frequentemente levo trabalho para casa

Sinto-me insatisfeito (a) quando penso em meu futuro na empresa

Tenho dificuldade para me concentrar

Sinto meus músculos doloridos e tensos

Estou desmotivado(a) para desempenhar minha tarefas

Acordo cansado(a)

RESPOSTAS:

• Até 15 pontos:

Parabéns! Você tem mantido seu nível de estresse sob controle.

• De 16 a 35:

Cuidado: A luz está piscando. Reavalie suas prioridades e evite autocobranças.

• Acima de 35:

Atenção! Você está pagando um preço alto pelo seu trabalho. Considere o que é realmente importante para você e se organize para atingir seus objetivos. Será que vale a pena perder sua qualidade de vida e, eventualmente, sua saúde por isso?

Qualidade de vida – A busca pelo prazer no trabalho pode ser encerrada com uma “ajudinha” vinda de fora. Além dos limiares da profissão há incontáveis atividades que aliviam a pressão e renovam as energias. “Nem só de responsabilidades vivemos. Precisamos ter tempo para amigos, familiares, para passear e desfrutar da cultura e da arte”, diz Shirley Pontes. A professora reforça a importância das atividades esportivas e de meditação, e do tempo extra dedicado aos filhos e netos. “Tudo isso contribui para uma vida mais saudável e para manter o equilíbrio que tanto nos ajuda a ser um bom profissional”.

O TRF da 1.ª Região incentiva a manutenção das práticas extraprofissionais. Por meio do Programa Vida Legal – voltado à qualidade de vida – a Secretaria de Recursos Humanos (Secre) mantém um cadastro de servidores que desenvolvem atividades artísticas e culturais. Em datas comemorativas são organizados saraus para reunir os diversos talentos, entre músicos, compositores, escritores, poetas, cronistas e fotógrafos.

O servidor Adelson Torres está acostumado com as apresentações. Diretor da Divisão de Programação Orçamentária (Dipor/Secor), ele já percorreu o Brasil, de norte a sul, e visitou três países – Chile, México e Argentina – soltando a voz no Coral Habeas Cantus, do Poder Judiciário. O contato direto com a música revolucionou sua vida e tornou-se o contraponto do trabalho exaustivo no Tribunal. “Além de cantar e descontrair, no coral a gente tem um grupo de amigos que é como se fosse uma família. Isso ajuda bastante a ‘desestressar’”.

Os ensaios ocorrem todas as terças e quintas-feiras e servem de laço para manter o grupo unido. Longe dos palcos, as apresentações refletem no bom desempenho como gestor, graças ao convívio harmônico com os demais coralistas. “Na hora de tomar uma decisão eu me sinto mais seguro porque trabalhar em grupo [no coral] me ajuda a ter uma visão do todo”, relaciona. “Os programas podem favorecer, e muito, o servidor”, reforça a supervisora da equipe do programa de qualidade de vida do Tribunal, ligado à Direh, Fracinete Maria Galvão.

Além do banco de talentos, a Direh coordena os programas de educação financeira, de orientação para aposentadoria e outras iniciativas, voltadas à Responsabilidade Social. Também foi iniciado e está em fase de estruturação, o programa de Gestão das Relações de Trabalho. A expectativa é que, a partir do início do ano que vem, sejam realizadas oficinas nas seções do Tribunal e distribuídas as primeiras cartilhas com orientações aos servidores.

Outro importante projeto para 2012 é a implantação de novas ações para melhorias nas condições de trabalho. Em dezembro deste ano, será aplicada uma grande pesquisa que pretende abranger todo o quadro do TRF. O objetivo é traçar o perfil profissional detalhado dos servidores. “Com a pesquisa nós teremos condições de oferecer aquilo que eles querem”, avalia Fracinete Galvão. Os dados colhidos nortearão as futuras iniciativas da Direh, que atuará com foco nas causas que levam à insatisfação e na busca contínua pela qualidade de vida no trabalho. ■



O servidor Adelson Torres usa a voz para aliviar a pressão no trabalho. “É como se fosse uma família”, define o coral Habeas Cantus

PRESIDENTE OLINDO RECEBE MEDALHA MÉRITO SANTOS-DUMONT



O presidente Olindo Menezes foi uma das autoridades homenageadas com a medalha Mérito Santos-Dumont durante solenidade ocorrida no dia 20 de julho, na Base Aérea de Brasília. O evento comemorou o 138.º aniversário do marechal do ar Alberto Santos Dumont. Criada pelo decreto n.º 39.905, de 5 de setembro de 1956, a medalha é uma distinção concedida a militares da Força Aérea Brasileira que se destacaram no exercício de sua profissão, a militares das forças armadas nacionais ou estrangeiras que se tenham tornado credores de homenagem especial e aos cidadãos brasileiros ou estrangeiros que tenham prestado serviços à aeronáutica brasileira.

TOURINHO NETO É HOMENAGEADO PELA JUSTIÇA DO TRABALHO DA BAHIA

O desembargador federal Tourinho Neto foi homenageado com a comenda Ministro Coqueijo Costa, no grau "Grande Oficial", durante evento realizado no dia 20 de julho, no Palácio da Reitoria da Universidade Federal da Bahia. A solenidade fez parte das comemorações dos 70 anos da Justiça do Trabalho no estado e, na oportunidade, agradeceu diversas autoridades. As juízas federais Cynthia de Araújo Lima Lopes, diretora da Seção Judiciária da Bahia (SJBA), e Nilza Reis, da 8.ª Vara Federal, foram homenageadas com a distinção no grau "Comendador". Além delas, o servidor da SJBA Zacarias Vitorino, atualmente assessor da presidência do TRT da 5.ª Região, recebeu a comenda, no grau "Oficial". A comenda Ministro Coqueijo Costa foi criada em 2003 e visa homenagear personalidades e instituições que se tenham destacado no Direito ou em outra atividade sociocultural, ou prestado relevantes serviços à Justiça do Trabalho.

Fonte: Secos/BA



DESEMBARGADOR ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA TORNA-SE MEMBRO DA ACADEMIA DE LETRAS DE ILHÉUS/BA



No dia 29 de julho, o desembargador federal aposentado Antônio Ezequiel da Silva tomou posse na Academia de Letras de Ilhéus, onde passou a ocupar a Cadeira 33, que tem como patrono Ruy Penalva, e fundador, Francisco Paulo Teixeira. Fundada em 14 de março de 1959, a Academia de Letras de Ilhéus está sediada no Centro Histórico do município e é presidida pelo professor Arlêdo Barbosa.

GRUPO DE PREPARAÇÃO PARA APOSENTADORIA DISCUTE RELAÇÕES AFETIVAS



LEONARDO COSTA

O grupo participante do Programa de Orientação à Aposentadoria reuniu-se mais uma vez, no dia primeiro de julho, no Salão Nobre do Tribunal, em Brasília. A instrutora Cecília Shibuya conduziu o grupo a uma reflexão sobre o tema “vida afetiva”, incluindo relações familiares e de amizades, além do relacionamento conjugal. Lembrou aos participantes que o retorno ao lar exige que se tenha uma rede de apoio afetivo, sendo necessário cuidar dos relacionamentos em todas as etapas da vida. O Programa de Orientação à Aposentadoria, composto de oito módulos, teve início em 29 de abril e terminará em outubro.

SISTEMA ELETRÔNICO AUXILIARÁ NA MEDIÇÃO DA EFETIVIDADE DA CONCILIAÇÃO

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vai elaborar um sistema eletrônico para facilitar o processo de recebimento e guarda de informações que serão repassadas pelos tribunais e centros de conciliação sobre o desempenho de conciliadores, o índice de comparecimento a audiências, entre outros dados. O sistema ajudará na medição da efetivação dos trabalhos de conciliação desenvolvidos em todo o país. Atualmente, todos os tribunais que participam da Semana Nacional da Conciliação informam ao Conselho o número de audiências efetuadas e de acordos firmados, entre outros elementos. O órgão, porém, pretende tornar mensal essa tarefa, e o sistema facilitará todo o processo de recebimento e análise dessas informações.

Fonte: CNJ

ACORDO COM SENADO PREVÊ CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES DA JUSTIÇA FEDERAL

O Tribunal Regional Federal da 1.ª Região firmou, no dia 25 de julho, termo de cooperação técnica com o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), do Senado Federal, com o objetivo de promover o intercâmbio de informações e a cooperação técnico-científica para a capacitação de recursos humanos. Com a parceria, servidores do TRF terão acesso a seminários, cursos e atividades de capacitação oferecidas pelo instituto. A ideia é possibilitar o aprimoramento pessoal e profissional dos servidores. Os cursos somente serão aceitos para a percepção do Adicional de Qualificação (AQ) se houver compatibilidade do conteúdo com a área de interesse do Tribunal. Dúvidas sobre a aceitabilidade de curso para fins de inclusão do AQ podem ser dirimidas com a Seção de Incentivo à Carreira (Seica)/Direh, pelo e-mail seica@trf1.jus.br ou pelo telefone 3314-1902.

PRESIDENTE DO TRF DA 2.ª REGIÃO VISITA O TRIBUNAL

A presidente do Tribunal Regional Federal da 2.ª Região, desembargadora federal Maria Helena Cisne, esteve no Tribunal, no dia 25 de julho, para uma visita de cortesia, quando foi recebida pelo presidente do TRF, desembargador federal Olindo Menezes.

MAURO PUTINI



Justiça Federal assegura indenização para viúva de vítima de **ATROPELAMENTO**

A FALTA DE PASSARELAS EM RODOVIAS MARGEADAS POR CENTROS URBANOS AMEAÇA A VIDA DOS PEDESTRES E TEM SIDO CAUSA DE ATROPELAMENTOS E MORTES

▼ MARTA HORMANN E VIVIANE ROSA

A construção de passarelas é uma reivindicação muito frequente em cidades que ficam às margens de rodovias. Mas, normalmente, a demora no atendimento do pedido também é longa. No entanto, nem sempre a omissão do Estado fica impune.

A cidade de Valparaíso, em Goiás, é atravessada pela BR-40, uma das mais perigosas do estado, devido justamente à ocupação desordenada de suas margens: de um lado da pista, comércio, de outro, área residencial. Atropelamentos e batidas de carros ocorrem diariamente, e os pedestres – adultos e crianças – são as maiores vítimas na movimentada rodovia.

Todos os dias, dezenas de crianças e adolescentes precisam cruzar a rodovia para ir à escola, ir trabalhar ou até fazer compras. A velocidade média dos carros ultrapassa os 80 km por hora, e o risco é tão grande que algumas mães se revezam na missão de ajudar na travessia das crianças.

Mesmo assim, E.H, de nove anos, atravessou a pista

pela primeira vez sozinha, para fazer uma pequena compra a pedido da mãe, e foi atropelada por um carro. A menina morreu na hora.

Há pelo menos três anos, os moradores pedem que seja construída uma passarela nesse trecho e, após a morte da garota, chegaram a fazer um movimento para reforçar o pedido. O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), órgão responsável pelas rodovias federais, já se comprometeu a atender os apelos, mas, até o fechamento dessa edição, nada havia acontecido.

Outro caso de morte por atropelamento aconteceu em Betim, Minas Gerais. Um homem que atravessava a BR 381 morreu instantaneamente. Só que dessa vez sua mulher levou o caso à Justiça Federal de primeiro grau. Alegou que os moradores da comunidade já haviam feito inúmeros pedidos, protestos e manifestações públicas em prol da construção de uma passarela sobre a rodovia que corta a comunidade. Além disso, que dezenas de



peças já tinham sido atropeladas quando tentavam atravessar a pista.

No primeiro grau, o juiz não atendeu ao pedido da viúva. Para ele, não havia nenhuma relação entre o atropelamento e o fato de o Estado não haver suprido a rodovia com uma passarela para pedestres.

Inconformada, a mulher, que já perdeu um filho do mesmo jeito, apelou ao Tribunal Regional Federal da 1.ª Região.

Ela provou que, nos últimos anos, dezenas de pessoas morreram naquele trecho da rodovia e que a passarela era uma necessidade antiga, que nunca saiu do papel.

Para a desembargadora federal Selene de Almeida, que foi relatora do processo, "Em tais hipóteses, o dever de indenizar surge quando, no caso concreto, o Estado devia e podia agir, mas foi omissivo, e dessa omissão tenha resultado dano a terceiro".

Aplicando esse raciocínio ao caso, a desembargadora asseverou: "[...] encontra-se presente a negligência do De-

A responsabilidade do Estado

Em matéria de responsabilidade do Estado, o consagrado autor Celso Antônio Bandeira de Mello ensina que, se o Estado tem dever legal de praticar uma ação e deixa de fazê-lo ou o faz de forma deficiente, responde por essa negligência ou deficiência.

E mais: a deficiência do serviço é tida como ato ilícito se o dano podia ter sido evitado pela prestação do serviço.

(Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 2001, 13.ª ed., p. 818/820).

DANOS MORAIS

A Constituição Federal de 1988 garante o direito a indenização por danos morais, quando dispõe:

Art. 5.º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

V – é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

X – são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

Segundo o autor Walter Moraes, o dano moral não causa diminuição do patrimônio da vítima, pois os valores morais são de outra natureza. Pressupõem a dor física ou moral, e, ainda que não tenha reflexo econômico, essa dor é indenizável.



(apud Melo da Silva, in O dano moral, pp 24-28, e artigo publicado na Revista dos Tribunais n.º 650/65)

partamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), que se omitiu ao não construir passarelas necessárias à população. Apesar de previstas, consoante a documentação de fls. 90/198, não foram construídas, ficando os pedestres à mercê da sorte, em rodovia de intenso tráfego, como é conhecida a BR 381”.

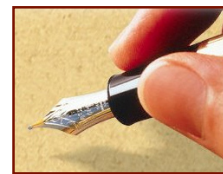
Segundo a relatora, o DNIT é o órgão executor da política de transportes determinada pelo Governo Federal, tendo sido implantado em 2002 para construir, fazer manutenção e operação de infraestrutura dos segmentos do Sistema Federal de Viação, sob administração direta da União, e isso caracteriza seu dever de indenizar, já que foi omissor.

Por fim, o DNIT foi condenado pelo Tribunal a pagar à viúva 30 mil reais, a título de indenização por danos morais, pela perda de seu marido, para que seja proporcionada a ela “parte do bem-estar que a ausência

dele teria suprido”, nas palavras da relatora, e ainda pelo agravamento da deficiência auditiva que a filha do casal experimentou com a perda do pai.

A desembargadora esclareceu também que “A indenização por danos morais, como se sabe, não tem natureza de recomposição patrimonial. Objetiva, na verdade, proporcionar ao lesado uma compensação pela dor sofrida, sempre tendo por norte sua condição socioeconômica. Não pode, por um lado, levar ao enriquecimento sem causa, nem, por outro, revelar-se aviltante”.

O Tribunal condenou o DNIT também a pagar à viúva uma pensão de meio salário mínimo por mês, a contar do dia do atropelamento de seu marido, até a data em que ele completaria 67 anos, que, segundo a jurisprudência, é o tempo médio de vida de uma pessoa. ■



Publicidade é comunicação... E educação

▼ MÁRCIA MURÇA BARROSO

Uma receita médica mal redigida. Assim podem ser ainda definidas algumas decisões do Judiciário por aqueles que esperaram, às vezes durante anos, a solução de seus problemas por meio da Justiça e, de repente, deparam com textos obscuros, sem objetividade e frequentemente incompreensíveis. O mesmo se observa em relação a determinadas correspondências oficiais e atos administrativos.

Engana-se quem pensa que escrever bem é rebuscar, forçar inversões bruscas nas frases, redigir ao lado do dicionário procurando palavras em desuso para substituir aquelas que primeiro lhe vêm à mente. Erra porque esquece que o fundamento da existência da linguagem é a comunicação. Em nome dela construímos códigos, fazemos gestos e até inventamos regras. Se existe obscuridade, a comunicação não se dá na integralidade e, se não se é objetivo, corre-se o risco de permanecer ignorado.

Por isso a maior qualidade de um bom texto é a clareza. É para obtê-la que buscamos estruturar bem nosso texto, fazemos certas repetições, empregamos sem erro uma vírgula que foge à norma, procuramos no intelecto ou mesmo nos dicionários as palavras mais adequadas, precisas e inteligíveis, evitamos estrangeirismos, lutamos contra as ambiguidades e incongruências, tentamos ser sucintos, revisamos.

A preocupação demasiada em passar erudição na hora de redigir revela insegurança, ou carência de atributos técnicos em relação ao tema em desenvolvimento. É uma tentativa de disfarçar, por meio da escrita, essa falha. Isso é de longe percebido pelo leitor mais esperto, que acaba deixando de lado o texto ou, até mesmo, o seu autor.

Como uma receita médica, o texto burocrático ou jurídico pode ser deturpado por quem o lê ou ainda traduzido

maliciosamente. Não apenas o autor pagará pela má interpretação, mas também aquele a quem se destinam suas palavras. A diferença é que é impossível existir prolixidade na receita médica, mas a falta de compreensão pode ser a mesma.

Por esse motivo, antes de começar a elaborar um texto, deve-se avaliar o conhecimento. Se não houver segurança em relação a ele, é melhor aguardar nova oportunidade e lançar mão de livros e artigos ou de outras fontes. Deve-se, ao escrever, ter em mente sempre que a escrita é um meio de comunicação, não uma forma de obter prestígio, e que as informações obtidas serão suficientes apenas quando se experimentar a vontade de repassar, além dessas informações, um entendimento sobre elas. Esse interesse será a motivação para uma escrita objetiva, clara e sucinta.

Se, embora havendo ciência de tudo o que aqui se expôs, ainda exista o intuito de enfeitar ou a necessidade de adornar um argumento, deve-se lembrar sempre que uma só palavra pode muitas vezes fazer o papel de várias, sobretudo porque as esvaziadas não persuadem. A observância a tal orientação pode levar o leitor a apreciar o texto, pois a intenção dele, longe daquela, é de extrair o máximo de conteúdo no menor tempo possível.

Muita atenção exigem os textos das decisões judiciais, pois não são direcionados só ao representante da parte, já familiarizado com os vícios e gírias do direito, mas a todos que procuram compreender o papel do Judiciário, seus entendimentos e fundamentações. São noções publicadas hoje na íntegra por meios acessíveis a qualquer cidadão, devido à maior valorização do princípio da publicidade, servindo-lhe, por isso, de lições que lhe trarão a real possibilidade de conscientização de seu papel social. ■



Presidente inaugura sede de subseção judiciária em Irecê

CERCA DE 500 MIL PESSOAS
EM 33 MUNICÍPIOS SERÃO
BENEFICIADAS COM OS SERVIÇOS
DA JUSTIÇA FEDERAL

▼ ETIENE GOMES

O presidente Olindo Menezes, ao lado da diretora do foro da SJBA, Cynthia de Araújo, inaugurou, no dia 14 de julho, a sede da subseção judiciária de Irecê, no interior da Bahia. A subseção foi instalada, no dia 30 de junho, pela diretora do foro, Cyntia de Araújo, em evento que aconteceu na câmara municipal da cidade. Composto de vara única, que terá competência geral e de juizado especial federal adjunto cível e criminal, o novo órgão tem jurisdição sobre trinta e três municípios e cerca de 500 mil pessoas.

Cynthia de Araújo foi a primeira a discursar e informou

que a nova subseção é a décima segunda da Bahia e que o estado, por quase duas décadas, contou apenas com uma vara federal no interior, na cidade de Ilhéus. Em seguida, ressaltou a importância da interiorização da Justiça Federal no país, lembrando o papel que os juzados federais itinerantes exerceram sobre esse projeto. "Foi a partir dos bem-sucedidos juzados itinerantes que ficou claro ser mais do que urgente que a Justiça Federal se expandisse e se descentralizasse, trazendo para as cidades menores a sua excelência, dinamizando e democratizando o acesso às demandas por justiça."



Novas VARAS
federais

Autoridades ao lado da placa inaugural da Subseção de Irecê

A juíza federal Dayana de Azevedo, diretora da Subseção Judiciária de Irecê, afirmou que o desafio que se impõe a ela e aos 15 servidores recém-empossados na vara única é enorme ante o alto conceito de que goza a Justiça Federal, mas se mostrou confiante. “Estamos imbuídos do firme propósito de prestar um serviço de qualidade, atendendo ao cidadão, maior cliente da Justiça Federal, com presteza e responsabilidade, na busca constante do aprimoramento”.

Justa homenagem - Já o prefeito José Carlos Dourado disse que a subseccional é um ganho extraordinário para Irecê, e levará outros serviços federais aos cidadãos da cidade. Na ocasião, apresentou ao presidente Olindo Menezes, de maneira informal, o pleito de que a sede da Subseção de Irecê passe a ser chamada de “Subseção Judiciária Hermenito Dourado” em homenagem ao ex-presidente do TRF/ 1.ª Região, nascido na cidade e falecido em acidente automobilístico ocorrido durante um percurso Brasília-Irecê.

Em discurso, o presidente Olindo Menezes também fez referência ao ex-presidente Hermenito Dourado, a quem

se referiu como “orador inigualável” e a “quem não poderia deixar de homenagear”. Já em referência à inauguração da subseção de Irecê, disse que o Tribunal resgatou uma dívida de 2010, quando estava prevista a instalação da vara, a qual não se fez possível, a despeito dos esforços, em face das insuperáveis dificuldades de ordem material. “Esta solenidade de hoje deve ser vista num cenário de superação cujo significado vai além de uma formalidade festiva; deve ser vista como uma data auspiciosa para a Justiça Federal, que dá mais um passo na sua aproximação com os jurisdicionados”, concluiu satisfeito.

Diversas autoridades prestigiaram os dois momentos do evento, entre elas o juiz federal em auxílio à Corregedoria, César Cintra Jatahy Fonseca, os juízes federais Carlos D’Ávila Teixeira, Sandra Lopes Santos de Carvalho, Ailton Schramm de Rocha e Nilza Reis, o diretor-geral do TRF/ 1.ª Região, Felipe dos Santos Jacinto, o secretário-geral, Joseny Marques Freire, a diretora da Secretaria Administrativa, da SJBA, Iolanda Dória de Almeida, e o assessor especial da Presidência, Euvaldo Pinho. ■



FOTOS RAMON PEREIRA

Feira de Santana ganha mais uma vara federal

REFORÇO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
AOS CIDADÃOS DE 52 MUNICÍPIOS

ETIENE GOMES

Depois de quase seis anos da instalação de sua vara única, a Subseção Judiciária de Feira de Santana, na Bahia, passou a contar com mais uma vara federal. Ao todo, 52 municípios serão beneficiados. No evento de inauguração da 2.ª Vara Federal de Feira de Santana, ocorrido, no dia 15 de julho, no Teatro Municipal Margarida Ribeiro, o presidente Olindo Menezes afirmou que a instalação do novo órgão foi um desafio para o TRF/ 1.ª Região, diante da responsabilidade de levar a Justiça Federal aos jurisdicionados. “Cuidando-se da maior subseção da Bahia, com 52 municípios na sua jurisdição, uma grande universidade estadual, além de faculdades privadas, e apresentando um gigantesco movimento de processos, precisava de mais

uma vara há muito tempo.” Em seguida, lembrou a todos: “as contingências institucionais somente permitiram a instalação nesta data de hoje, mas já se sabe que em 2014 teremos também a terceira vara da subseção.”

A diretora do foro da SJ/BA, Cynthia de Araújo, comemorou o fato de a Justiça Federal, nos dias atuais, voltar-se firme e decididamente para o interior, historicamente desassistido. Também registrou que foi com o juiz Fábio Ramiro, diretor da Subseção de Feira de Santana, e com o juiz federal substituto de Itabuna, Igor Matos Araújo, ao Congresso Nacional em novembro de 2010, onde conseguiram, juntos, convencer os parlamentares da importância da inclusão, no orçamento, de uma emenda de



Trabalhos ganham reforço: novo órgão conta com mais um juiz federal e novos servidores



Autoridades durante inauguração da Vara Federal

bancada no valor de onze milhões e duzentos e cinquenta mil reais, para a construção da sede da Subseção de Feira de Santana.

O juiz federal Durval Carneiro Neto será o responsável pela 2.^a Vara Federal da Subseção. O juiz Carlos D'Ávila, coordenador de instalação de varas federais no estado da Bahia, fez um pequeno mas emocionante discurso para homenagear o magistrado, lembrando que Feira de Santana foi berço dos antepassados do colega, que deixou Juazeiro para ali assumir a nova função. Ele também ressaltou as qualidades do juiz. "Durval tem uma formação intelectual admirada e é extremamente sensível aos anseios populares."

Para o titular da 2.^a Vara Federal, retornar à Feira de Santana é voltar às origens. Ele espera cumprir bem sua missão, como fizeram seus ancestrais, honrando a toga da Justiça Federal.

O diretor da Subseção Judiciária de Feira de Santana, Fábio Ramiro, mostrou-se satisfeito em poder, a partir de agora, dividir as tarefas com mais um colega e novos servidores. "Temos nos desdobrado para prestar uma jurisdição célere, com insuficientes recursos humanos e materiais.

Aumenta-se hoje o quadro de juízes e de servidores da subseção – e isso muito me alegra – para podermos oferecer um excelente trabalho aos jurisdicionados".

O prefeito do município, Tarcízio Pimenta, mostrou-se bastante satisfeito com o trabalho que vem sendo realizado pela Justiça Federal na cidade. "A Justiça Federal de Feira de Santana está muito bem representada aqui; sempre que precisarem, contem com meu apoio", anunciou.

A segunda parte do evento aconteceu na sede da Subseção Judiciária. Lá, houve o descerramento da placa de inauguração da segunda vara federal de Feira de Santana e a posse dos novos servidores da subseção, que receberam as boas-vindas da diretora do foro da SJBA e do presidente do TRF/ 1.^a Região. Estiveram presentes ao evento diversas autoridades, entre elas o desembargador federal do TRF/ 1.^a Região, Antônio Ezequiel, a desembargadora do TJBA, Heloísa Graddi, representando a presidência do órgão, o juiz federal em auxílio à Corregedoria, César Cintra Jatahy, o diretor-geral do TRF/ 1.^a Região, Felipe dos Santos Jacinto, o secretário-geral Joseny Marques Freire, o assessor especial da Presidência, Euvaldo Pinho, e a diretora da Secad/SJBA, Iolanda Dória. ■

Curso de direção operacional defensiva

SERVIDORES DA ÁREA DE SEGURANÇA DO TRIBUNAL APRIMORAM
TÉCNICAS PARA AGIR EM SITUAÇÕES EMERGENCIAIS



▼ RAISSA CAPIBARIBE

Tomar atitudes seguras e eficazes na condução de veículos oficiais. Foi com esse objetivo que servidores da área de segurança e transporte do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região participaram, no período de 4 a 6 de julho, do curso de direção operacional defensiva.

A iniciativa, promovida pela Universidade Corporativa da Justiça Federal da 1.ª Região (Unicorp) e pela Divisão de Segurança e Transporte e Serviços Gerais

(Diseg), contou com a parceria da Seção Judiciária do Distrito Federal (SJDF) e faz parte do Programa de Educação Continuada, instituído em outubro de 2010, que prevê não somente cursos de reciclagem e de aprimoramento de técnicas já utilizadas, mas também de conhecimento e aprendizado de novas práticas.

O curso de direção operacional serviu para capacitar os agentes de segurança a analisar e identificar de forma prévia o perigo em potencial, provocando em

tempo hábil respostas adequadas às diferentes situações de risco vivenciadas no trânsito. “O curso também foi um meio encontrado para ajudar os servidores a desenvolver a coragem, principalmente em momentos de decisão, e iniciativa perante as diversas situações de emergência”, explicou Cláudio Barreira, diretor da Diseg.

Participaram do treinamento 14 agentes. O primeiro dia foi voltado para as aulas teóricas que aconteceram no Centro de Treinamento da Justiça Federal. Na ocasião, os instrutores Lucas Guimarães, Cláudio Emílio e Adriano Tyrka, da Seção judiciária do DF, falaram sobre as novas técnicas de direção, sobre os equipamentos obrigatórios e sobre os conhecimentos específicos de acordo com o modelo de veículo utilizado.

O agente Juarez Oliveira afirmou que o curso teve grande importância para a realização do trabalho com excelência, pois proporcionou ao agente um diferencial em relação aos motoristas “comuns”. “A parte teórica fez uma abordagem mais abrangente, englobando aspectos que vão além da direção defensiva. Conhecemos melhor nossa ferramenta de trabalho. Assistimos a vídeos sobre como nos posicionar no veículo de maneira correta, sobre o sistema de frenagem, posicionamento correto dos retrovisores e também sobre *air bags*”, explicou Juarez.

O segundo dia de curso foi dedicado às atividades práticas. No autódromo Nelson Piquet, os agentes participaram de uma dinâmica de técnicas de direção operacional, procedimentos de emergência, técnicas de direção evasiva e simularam situações reais. “Na prática pudemos lidar com situações reais, como derrapagem, parte mecânica e elétrica. Também fomos colocados em situações de emboscada onde tivemos que escapar da ameaça. A prática faz com que nós, agentes, adquiramos mais confiança para realizar o trabalho”, considerou o agente Ramilton Nóbrega.

Para Lucas Guimarães, formado como instrutor pela Polícia Federal, “o curso é essencial para os agentes, pois o ato de dirigir é uma função inerente à profissão e faz parte do dia a dia desses servidores”.

Até o final do ano, está prevista a realização de três novos cursos para os agentes de segurança. ■



Agentes de segurança recebem instruções antes de iniciar as aulas práticas



Instrutores ministram aula teórica aos agentes de segurança



Participantes do curso de direção defensiva



TRF tem dois novos desembargadores federais

▼ CHICO CAMARGO

Ao tomar posse em 12 de julho, Néviton de Oliveira Batista Guedes passou a ser o mais novo desembargador federal do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1.ª Região. A solenidade marcou ainda a entrega do Colar do Mérito Judiciário Ministro Nelson Hungria – distinção conferida aos membros efetivos da Corte – ao desembargador federal Kassio Nunes Marques, empossado em 12 de maio. Com a chegada dos dois novos magistrados, o Tribunal tem o total de sua composição restabelecido, que é de 27 desembargadores.

Nomeado no dia 13 de junho, Néviton Guedes tomou posse em vaga destinada a procuradores federais deixada por Maria Isabel Gallotti ao se tornar ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Natural de Brasília, o novo desembargador federal tem 46 anos, e chegou ao Ministério Público Federal em 1997, onde permaneceu até recentemente. Formado em Direito pela Universidade de Brasília em 1990, é mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina e doutor pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Portugal, em 2007. “Sei que aqui vou encontrar um estoque de pro-

Desembargador Federal
Néviton de Oliveira Batista Guedes

COM KASSIO MARQUES E
NÉVITON GUEDES, TRF
RETOMA A COMPOSIÇÃO DE 27
DESEMBARGADORES

cessos bem considerável, mais venho com muita disposição e muita boa vontade para cumprir minhas funções”, disse o desembargador Néviton ao ser entrevistado para o programa *web* Primeira Região na TV sobre as expectativas para as novas atividades.

Kassio Marques preencheu vaga anteriormente ocupada pelo desembargador federal, ora aposentado, Carlos Fernando Mathias de Souza, e destinada a advogados indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O magistrado, nomeado pela presidente da República, Dilma Rousseff, em 18 de abril, é natural de Teresina, Piauí, tem 38 anos e se formou em Direito na Universidade Federal do Piauí. É pós-graduado em Direito e Processo Tributário pela Universidade Estadual do Ceará. Foi juiz do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE/PI). O novo desembargador, ao falar sobre os cerca de 20 mil processos que esperam o seu exame, afirmou: “isso me incentiva mais ainda a tentar trabalhar diuturnamente para devolver à sociedade uma prestação jurisdicional à altura do povo brasileiro”. Os novos integrantes da Corte atuarão na 1.ª Turma de julgamentos e 1.ª Seção.

Desembargador Federal
Kassio Nunes Marques





SAULO CRUZ

Para o presidente do TRF da 1.ª Região, Olindo Menezes, a chegada dos novos membros faz aumentar a expectativa de que se produza mais no TRF. “Com o Tribunal completo, passamos a ter uma capacidade plena de julgamento”.

A mesa da solenidade, ocorrida no plenário do Tribunal, sob a presidência do desembargador federal Olindo Menezes, foi composta, ainda, pelo procurador-geral da República, Roberto Gurgel, pelo deputado federal Paes Landim (PTB-PI), pelos governadores do Distrito Federal e do Piauí, Agnelo Queiroz e Wilson Martins, respectivamente, e pelo presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Ophir Cavalcante.



LUIZ XAVIER

Presidente Olindo Menezes ladeado pelos novos desembargadores

Estiveram presentes à cerimônia, além de familiares dos magistrados empossados, membros do Ministério Público Federal, desembargadores do TRF da 1.ª Região, desembargadores aposentados, juízes federais, entre outras autoridades, além de diretores e servidores do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região. ■

Horário especial ao servidor estudante

A concessão do horário especial é regulamentada pela Lei 8.112/1990, art. 98, § 1.º, e pela Resolução 05/CJF.

Duvidas? Você tira aqui.



1. O que se exige para concessão do horário especial ao estudante?

O horário do curso realizado pelo servidor terá de ser incompatível com a jornada normal de trabalho do órgão, condicionada à comprovação por parte do interessado, sem prejuízo do exercício do cargo.

2. Quais os cursos previstos em lei para a concessão de horário especial ao servidor estudante?

O curso de ensino regular fundamental, médio, superior, os cursos supletivos e os de pós-graduação.

3. Poderá ser concedido horário especial ao servidor que está matriculado em mais de um curso?

Ao servidor nessa condição será concedido horário especial somente para um dos cursos, devendo ele indicar aquele que ensinará o horário especial.

4. Quais os procedimentos necessários para que se possa requerer a concessão do horário especial?

O servidor deverá apresentar requerimento à autoridade competente (no TRF, ao diretor-geral, nas seccionais, ao diretor do foro), solicitando a concessão de horário especial, o qual deverá ser acompanhado do comprovante de matrícula no estabelecimento de ensino, declaração da instituição em que constem as disciplinas/matérias e a respectiva grade horária.

5. Qual o prazo de validade da concessão do horário especial ao estudante?

O servidor deverá solicitar a renovação da concessão do horário especial até o trigésimo dia após o início de cada semestre, mediante a apresentação de documento comprobatório de frequência regular no semestre anterior.

6. O que ocorre se o servidor com horário especial for deslocado para nova sede de trabalho (redistribuição, cessão, remoção, exercício provisório)? O servidor perde o direito ao benefício?

A concessão do horário especial perde a sua eficácia, devendo o servidor, se for o caso, requerer nova concessão de horário especial no órgão em que estiver em exercício.

7. O horário especial poderá ser suspenso no interesse da Administração?

Não. A concessão somente poderá ser suspensa pela Administração se for constatado que o servidor apresentou documentação inidônea para obter o benefício ou, caso tenha cessado a sua condição de estudante, não tenha comunicado o fato à Administração. Nesses casos, o servidor ficará sujeito às sanções disciplinares, mediante apuração por competente processo administrativo.

8. O servidor pode se ausentar do local de trabalho para realizar provas ou exames vestibulares?

Sim, desde que apresente comprovante da instituição de ensino para essa finalidade. Nesses casos, o servidor terá que compensar o não comparecimento ao serviço, ou a sua entrada com atraso ou saída antecipada do serviço para realizar provas/exames vestibulares.

9. O servidor que tem concedido o horário especial está sujeito à compensação? Em caso afirmativo, o que acontecerá se não houver a compensação?

Sim, a legislação e regulamento vigentes (Lei 8112/90 e REs. 05/CJF) exigem do servidor estudante com horário especial a compensação. Caso esta não seja efetivada pelo servidor, isso implicará a perda da remuneração correspondente ao horário no qual se afastou do trabalho, dentro da jornada normal, para realizar curso regular fundamental, médio, superior, supletivo ou pós-graduação. ■

As novas tecnologias representam o fim do uso da letra cursiva?

▼ MARTHA HORMANN

Uma notícia que circulou recentemente na internet deu origem a muitas discussões: alguns estados americanos teriam decidido que a alfabetização em letra cursiva não seria mais obrigatória. Daí em diante, os alunos aprenderiam a ler e escrever apenas com o uso da letra bastão – letra de forma – e o uso de letra cursiva nas escolas seria, paulatinamente, abolido.

O primeiro estado americano a promover a alteração foi Indiana, mas parece que outros 40 estão dispostos a seguir a ideia. Para os adeptos dela, a escrita em letra cursiva é dispensável, já que, com o uso de computadores, as crianças precisam cada vez menos de papel e lápis. Assim, seria muito mais útil treinar digitar mais rápido do que gastar com aprendizagem da letra cursiva.

De fato, crianças fazem uso do computador cada vez mais cedo, e isso parece influenciar o processo de alfabetização.

JSS, mãe de um garoto de quatro anos de idade, aluno de uma escola particular de Brasília, conta que o filho não demonstra nenhuma vontade de aprender a escrever nas aulas. “Já em casa, escreve algumas palavras no computador, como “avião”, “trem”, “carro” e até nomes de companhias aéreas”. Segundo ela, o menino já está aprendendo as letras na escola e em casa e, quando se interessa por algo no computador, pergunta o que está escrito e imediatamente memoriza a grafia da palavra. Depois, é capaz de escrevê-la no teclado sozinho.

A escola chegou a chamar JSS para externar a preocupação com a coordenação motora do menino, mas a mãe pondera que ele tem outras atividades que também estimulam a motricidade.

No Brasil, as crianças são alfabetizadas tanto em letra cursiva quanto em letra bastão, dependendo da escola que frequentem e do método adotado.

A psicopedagoga Michele Silva, vice-diretora da área de alfabetização de um colégio, também em Brasília, conta que todo ano chegam à escola alunos que já têm contato com a letra de mão e outros que só conhecem a letra de forma. Por isso as professoras da alfabetização apresentam a eles, simultaneamente, os dois tipos de caracteres. No primeiro semestre, é dada ênfase à letra bastão e, no segundo, à letra cursiva. Michele salienta que “a letra de forma exige muito menos do aluno que está em fase de alfabetização, pois tem um movimento mais livre, mais solto, mais fácil. Além disso, mesmo antes de se iniciar o processo de alfabetização, a criança já tem contato com a letra de forma, por meio de cartazes que vê na rua, rótulos de produtos nos supermercados, do teclado do computador...”

Mas, questionada se acha dispensável o aprendizado da letra cursiva, Michele responde que “a criança precisa conhecer os dois tipos de letra, porque ela ainda tem contato com o livro literário, que ensina a letra cursiva também.”

Quanto à presença das novas ferramentas tecnológicas nas salas de aula de algumas instituições de ensino, a vice-

NOS ESTADOS UNIDOS, A IDEIA DE NÃO SE ALFABETIZAR MAIS A CRIANÇA COM LETRA CURSIVA LEVANTA POLÊMICAS E DISCUSSÕES. MAS QUAL É A IMPORTÂNCIA DA LETRA MANUSCRITA?

diretora conta que a escola incentiva o uso do computador, junto com um familiar, para a realização de tarefas de casa, e também durante as aulas, apontando-o como instrumento de pesquisa, elaboração de pequenos projetos e até de atividades de sala de aula. Entretanto, não é permitido aos alunos levar seus próprios *tablets* ou *notebooks* para o ambiente escolar, pois isso exigiria um monitoramento dos sítios acessados.

Mas não é só na alfabetização que a questão do ensino da letra cursiva tem implicações. A **grafologia**, que desvenda traços da personalidade por meio do estudo da letra manuscrita, tem sido utilizada por empresas na hora de selecionar empregados. Segundo estudiosos, a letra de uma pessoa pode indicar uso de drogas, presença de doenças, e características como desonestidade, preguiça ou timidez.

Ceura Nolasco, grafóloga gaúcha, entende que a abolição da letra de mão não chega a prejudicar o trabalho da grafologia, “mas fica mais pobre a avaliação quando esse tipo de interferência acontece.”

No mesmo sentido, a grafóloga Elisabeth Romar, de Porto Alegre, afirma que é possível analisar a escrita em letra de forma, pois ali também estão presentes todos os elementos necessários para traçar o perfil da pessoa. Segundo ela, muitas pessoas usam letra de imprensa por acharem que sua caligrafia é de difícil leitura, devido ao uso crescente da digitação. Mas continuam assinando em

A FORMA da letra revela o *modus vivendis* de quem escreve, suas ações e reações básicas diante do mundo, diante da vida.



ANGULOSA: Reproduz os "dentes de tubarão". Predomínio da vontade sobre o sentimento. Firmeza de decisão, objetividade, coragem, constância. Liderança nata, rigidez, alto nível de exigência. Adaptação combativa.

*... por isso mesmo
... a vontade - pois eu
... me obrigava sem pensar, pois
... estas matérias me faz realmente*



ARCADA: Reproduz arcos, é quadrada. Atitudes elaboradas, reflexivas, calculadas. Atitude fechada à interação espontânea. Introversão e reserva. Prudência e reflexão. Forte autocontrole e tendência ao distanciamento.

*a necessidade de saber-me a
... não a luta, porém.
Um anúncio no jornal,
... para mim, mesmo
... que seria melhor que poder
... dos filhos e mande*

CALIGRÁFICA: Reproduz o modelo escolar. Desejo de ordem, clareza, precisão e organização. Adaptação formal e passiva. Personalidade mais formal e convencional.

*Escrever sobre minha p
... não é uma tarefa
... não que eu seja um*



ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

A alfabetização se ocupa da aquisição da escrita, por um indivíduo ou grupo de indivíduos. É o processo pelo qual se adquire o domínio de um código e das habilidades de utilizá-lo para ler e escrever, ou seja: o domínio da tecnologia, técnicas para exercer a arte e ciência da escrita.

Letramento é o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita. É usar a leitura e a escrita para seguir instruções (receitas, bula de remédio, manuais de jogo), apoiar a memória (lista), comunicar-se (recado, bilhete, telegrama), divertir e emocionar-se (conto, fábula, lenda), informar (notícia), orientar-se no mundo (o Atlas) e nas ruas (os sinais de trânsito).

CURVILÍNEA: É circular e redonda. Adaptação fácil, amabilidade, generosidade. Dotado de qualidades expressivas.

social que é bem mais do
superar. A riqueza também
ansios, nos vivências, nos

FILIFORME: Reproduz "M" em fios. Excitabilidade, versatilidade. Diplomacia, hábil na concordância com gostos, critérios e desejos dos demais.



para a uma carreira
aproximadamente
uma parte com
e abe intencional
uma de Governo.

GUIRLANDA: Reproduz as "ondas do mar". Maleabilidade, sociabilidade elevada, flexibilidade, receptividade, sensibilidade.

foi muito conclusivos,
pensar, das quais consigo
grande amizade.
Sou uma pessoa bastante
meu em pensamentos e pra

CURIOSIDADES

A grafologia e a política

Você pode escolher um político para as próximas eleições. Vão aqui algumas dicas.

- Inclinação para direita:
 - Visão de futuro;
 - Entusiasmo;
 - Expansividade;
 - Justo.
- Escrita rápida, uniforme com bom espaçamento:
 - Atencioso;
 - Autoconfiante;
 - Espontâneo;
 - Estável;
 - Lúcido.

	SIMPLIFICADA: É só o esqueleto da letra. Ponderação e calma. Predomínio da razão sobre as emoções. Simplifica, sintetiza, abrevia. Modéstia e naturalidade.



	TIPOGRÁFICA: Reproduz o "Tipo de Imprensa", maiúscula ou minúscula. Preocupação com a forma. Memória visual, valoriza o belo, a organização e a beleza visual. Original, valoriza o artístico. Não mostra seu lado mais íntimo de ser, ocupando-se com a forma, com as aparências.

Se sua letra não se encaixa em nenhum dos modelos abaixo!...está bem, você procura aquele em que mais há semelhança e digamos que você possui, apenas, uma tendência em agir ou reagir deste modo.

letra cursiva. "As consequências, provavelmente, só no futuro saberemos", diz ela.

Elisabeth lembra também que "qualquer ciência ou técnica sofre um processo de desenvolvimento, e com a grafologia não é diferente". Além disso, para ela, é importante que a evolução da escritura seja acompanhada pelos profissionais da área, não apenas quanto ao avanço tecnológico, "mas em virtude também das mudanças nos padrões sociais e culturais, climáticos, ambientais, raciais, enfim, todos os fatores que possam produzir uma modificação na escrita."

O fato é que a ideia de não se ensinar mais a letra manuscrita às novas gerações criou muita polêmica. Alguns argumentam que esse aprendizado é essencial ao desenvolvimento do ser humano, apesar de não justificarem essa afirmação. Outros entendem que, embora não haja perda real no campo da aprendizagem, o uso da letra cursiva é indispensável à vida social, pois torna mais pessoais correspondências como bilhetes e cartas.

Por outro lado, não se pode esquecer que o ser humano é especialmente adaptável e acaba incorporando novidades e se reinventando sempre que é preciso. Provavelmente, se as gerações futuras forem privadas do aprendizado da letra cursiva, sentirão pouca ou nenhuma falta desse recurso e o substituirão pelo da letra bastão sem maiores problemas. Talvez essa seja apenas mais uma de tantas mudanças que o uso do computador ainda trará para nossas vidas.

E você, o que acha da ideia? ■

- Escrita média ou grande com pressão forte:

- Liderança;
- Coragem.

- Linhas estáveis, "a" e "o" fechados:

- Confiável;
- Eloquente.

- Simplificação:

- Inteligência;
- Econômico.

- Letras Arredondadas:

- Flexibilidade.

- Letras Angulares:

- Exigência.

- Escrita ligada:

- Ponderação;
- Relacionamento mais fácil.

- Assinaturas: Maiores do que a letra usual; claras; sem rabisques; simples.

- Maior Confiabilidade.

Fontes: <http://www.grafologia.com.br/site.asp?id=%20&file=entrada&title=Grafologia.com.br>
http://artigos.netsaber.com.br/resumo_artigo_21521/artigo_sobre_alfabetiza%C3%87%C3%83o_e_ltramento
 Imagens: internet

DISTRITO FEDERAL

Semana da Conciliação da Justiça Federal no DF supera 80% de acordos



FOTOS: SECOSIDE

A 1.ª Semana da Conciliação da Justiça Federal do DF resultou em 228 audiências realizadas, em cinco dias de mutirão. De 27 de junho a primeiro de julho, sete juízes federais da Seção Judiciária do Distrito Federal (SJDF) e quatro vindos de outros estados conseguiram atingir 80,37% de conciliação, em processos relacionados ao Sistema Financeiro da Habitação (SFH). Os acordos somaram R\$ 5.438.877,95 de um total de quase R\$ 26 milhões em dívidas apresentadas em juízo. As ações haviam sido selecionadas pela Caixa Econômica Federal (CEF) e pela Empresa Gestora de Ativos (EMGEA), mediante prévia identificação da possibilidade de acordo.

A maioria dos feitos tramitavam, em grau de recurso, no TRF da 1.ª Região e, após anos de espera, tiveram fim pelo diálogo. "Foi mais uma ação que reafirma a inserção da cultura da conciliação na Justiça Federal e traz, como resultado, a solução da casa própria para o mutuário", frisou a coordenadora da Conciliação da Justiça Federal do DF, juíza federal Gilda Maria Sigmaringa Seixas. A magistrada acredita que o número de acordos ainda pode subir, já que muitos mutuários que desistiram das audiências devem



procurar a Caixa para uma nova negociação.

Além da coordenadora Gilda Maria Sigmaringa Seixas, também participaram da 1.ª Semana da Conciliação da Justiça Federal em Brasília os juízes federais Novély Vilanova, Ana Paula Tremarin, Clara Mota Santos, Allyson Fontenele, Tarsis Augusto e Bruno Apolinário, todos da SJDF; Marcelo Lobão, de Goiás; Hind Ghassan Kayath, do Pará; Daniela Zarzar, de Pernambuco; e Rony Ferreira, do Paraná.

MINAS GERAIS

Comitiva visita prédio onde funcionará a Subseção de Muriaé

No dia 7 de julho, o juiz federal diretor do foro da Seção Judiciária de Minas Gerais, Itelmar Raydan Evangelista, assinou o contrato de locação do imóvel que abrigará a sede da Justiça Federal na cidade de Muriaé, na região cafeeira da Zona da Mata do estado mineiro.

A Subseção Judiciária de Muriaé tem data prevista de inauguração para 23 de setembro de 2011 e será composta por uma vara única federal e um juizado especial federal adjunto.

O imóvel, recentemente construído, atende aos requisitos fundamentais ao funcionamento dos setores judiciais e administrativos da futura subseção – a 21.ª da Justiça Federal de primeiro grau instalada em Minas Gerais. O juiz federal Evaldo de Oliveira Fernandes Filho e o servidor e engenheiro Luciano Xavier Adjafre acompanharam o diretor do Foro durante a visita técnica ao prédio da nova unidade da seccional mineira.

Na ocasião, o diretor do foro informou ao prefeito de Muriaé, José Braz, que a jurisdição dessa subseção abrangerá 26 municípios. No dia seguinte, 8 de julho, a comitiva da Justiça Federal visitou as cidades de Viçosa e Ponte Nova, com o objetivo de criar condições para as instalações das respectivas subseções judiciárias – já autorizadas para o ano de 2012.



ASSESSORIA DA PREFEITURA DE MURIAÉ

RORAIMA

Seccional de Roraima promove melhoria de suas instalações

A Secretaria Administrativa da Seção Judiciária de Roraima com objetivo de oferecer melhor estrutura de trabalho para magistrados, servidores e colaboradores, tem promovido melhorias, desde o dia 22 de julho, em suas instalações físicas. Já foram adquiridos novos mobiliários e equipamentos de informática. Gabinetes de magistrados foram reformados e equipados. Algumas seções mudaram de local, e outras foram adaptadas – é o caso da nova sala de treinamento da seccional, que passará a funcionar ao lado da Biblioteca e teve as antigas cadeiras substituídas por cadeiras ergonômicas com pranchetas escamoteáveis. As próximas mudanças ocorrerão na Biblioteca, visando, igualmente, adequar as instalações do prédio da seccional às necessidades de todos os profissionais da Justiça Federal.



ROBERTA MATOS



A escala de coercitividade das medidas cautelares penais

A legislação processual penal brasileira regulamentava as medidas cautelares, de forma desordenada, porque não se diferenciavam aquelas de caráter pessoal e real, nem havia disposições com aplicação abrangente e uniforme. Busca e apreensão, prisão preventiva, sequestro, especialização de hipoteca eram medidas estabelecidas em lei, mas dispostas topologicamente em partes diversas do CPP, como se não possuíssem traço comum. A Lei n.º 12.403/11, como todo remendo, não corrigiu essa imprecisão técnica, mas, ao menos, agrupou em único capítulo as medidas cautelares pessoais diversas da prisão.

Boa parte dessas medidas não é inédita no direito brasileiro, pois o legislador já as previa durante o processo e em matéria de execução de pena, mais precisamente no livramento condicional e na suspensão condicional do processo e da pena. A Lei de Execução Penal, no art. 132, § 1.º, estabelece obrigações a serem impostas ao indivíduo beneficiado pelo livramento condicional, quais sejam, a obtenção de ocupação lícita, dentro de prazo razoável, se for apto para o trabalho; a comunicação periódica ao juiz de sua ocupação; e a obrigação de não mudar do território da comarca do juízo da execução sem prévia autorização. Além dessas obrigações, facultou-se ao juiz impor ao liberado a proibição de mudar de residência sem comunicação, o recolhimento à sua habitação em hora fixada e a proibição de frequentar determinados lugares. Por seu turno, o art. 78, § 2.º, do Código Penal, repetido pelo art. 89, § 1.º, da Lei n.º 9.099/95, dispõe que o juiz concederá a suspensão condicional da pena, especificando as condições a que se sujeitará o condenado, entre elas a proibição de frequentar determinados lugares e de ausentar-se da comarca onde reside, sem autorização do juiz, como também o comparecimento pessoal e obrigatório a juízo, mensalmente, para informar e justificar suas atividades.

Se as novas medidas cautelares não são inovação integral no ordenamento nacional, muito menos o seriam em confronto com o direito de outros Estados. O legislador brasileiro, como sói ocorrer em matéria de normatização

processual penal, buscou inspiração no direito italiano, cujo CPP contempla livro intitulado *misure cautelari*. O CPP alemão prevê no art. 116 as medidas de atendimento obrigatório às convocações do Juiz, Ministério Público ou Polícia; obrigação de não ausentar-se de território determinado sem autorização judicial; proibição de não sair do domicílio senão acompanhado de uma pessoa designada pelo juiz; proibição de manter contato com cúmplices, testemunhas, peritos ou vítimas; e fiança. Em Portugal e na França, foram igualmente positivadas medidas cautelares processuais penais e, da análise das legislações estrangeiras, não se detecta nenhuma originalidade no quadro normativo brasileiro. É possível que o modelo italiano seja bom exemplo de tratamento das medidas cautelares no processo penal, mas a opção pela fonte na qual se inspirou o legislador pátrio deve-se, provavelmente, à tradicional influência que os juristas peninsulares, há décadas, exercem sobre nós. Afora isso, não se explica a preferência brasileira, uma vez que a Itália é o país europeu em que as medidas alternativas ao cárcere foram introduzidas com maior atraso. A semiliberdade ou semidetenção, acompanhada às vezes da obrigação de trabalho externo, foi inserida, entre os anos 1930 e 1960, na França, Holanda e Suíça e, nos anos 1960, na Bélgica, Áustria e Dinamarca. Na Alemanha, Holanda, Bélgica e Suíça, foi prevista, antes de 1975, a prisão (limitação) de fim de semana. As prisões domiciliares, a par da experiência espanhola, que remonta ao século XIX, representaram uma novidade para os italianos trazida por lei de 10 de outubro de 1986.¹ De toda sorte, se é certo que a importação de soluções de outros Estados, ainda que com provas dadas de eficiência, deva ser sempre muito ponderada e adaptada ao nosso contexto sociojurídico, o conhecimento sobre as principais linhas de discussão e soluções em outras nações pode ser relevante para o debate interno.

Considerando a compleição das diversas medidas cautelares, algumas de caráter detentivo, outras com aspecto proibitivo, através das quais se exterioriza o princípio da graduação, pode-se estabelecer relação de preponderância

entre elas, tendo como parâmetro a progressão aflitiva que elas provocam.

A determinação do nível de coercitividade gerado pelas medidas cautelares é útil para selecionar, dentre as numerosas hipóteses, aquela que melhor cumpre o papel assecuratório desejado no caso concreto. A adequação da medida cautelar está condicionada à gravidade do crime, às circunstâncias do fato e às condições pessoais do acusado, de forma que, a depender desses fatores, será escolhida a restrição com maior ou menor grau de coercitividade. Outrossim, em caso de descumprimento da medida cautelar, antes de se recorrer à prisão preventiva, que ocupa posição preeminente na linha graduada de coerção, pode-se identificar opções menos gravosas do que o cárcere, porém mais severas do que a medida até então imposta e descumprida.

Dentro dessa ideia de hierarquia aflitiva, ocupa a posição mais baixa o comparecimento periódico em juízo, a proibição de acesso ou frequência a determinados lugares, a proibição de manter contato com pessoa determinada e a proibição de ausentar-se da comarca ou do país, nessa ordem. A fiança, que se resume a ato único praticado pelo acusado e pode ser integralmente restituída ao fim do processo, de modo que, em não havendo condenação, representa temporária privação de recursos financeiros, posta-se em segundo lugar. Não pode ser incluída no primeiro grupo porque, aliada ao aspecto pecuniário, a imposição da fiança traz em si a obrigação de comparecimento a todos os atos do processo e de comunicação de mudanças de endereço, além da exigência de indicação do local onde o acusado será encontrado quando do afastamento de sua residência por período superior a oito dias (artigos 327 e 328 do CPP). A suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira integra o terceiro grupo, de acordo com o nível crescente de coerção.

O trabalho, ao lado da família e da escolha de uma crença, representa o tripé capaz de fornecer sentido à existência do homem. Toda providência que ataque, impeça ou fragilize o exercício profissional constitui significativo obstáculo para se alcançar a felicidade. Ocupando grau superior na escala de coercitividade, menciona-se o recolhimento domiciliar e a internação provisória do acusado, voltada especialmente para o inimputável ou semi-imputável. As duas medidas importam em cerceamento da liberdade, em menor ou maior grau, e mais se aproximam da custódia carcerária, que desponta no ápice do rol de aflitividade.

A monitoração eletrônica merece ser alijada da escala proposta, pois não deve ser considerada como medida cautelar, sem embargo de ser assim enquadrada pela legislação processual. Presta-se a exercer o papel de cautelar da cautelar, isto é, o instrumento necessário a assegurar a utilidade das outras medidas recém-surgidas. Não há nenhum propósito em se impor a monitoração eletrônica isoladamente, dissociada de outras medidas cautelares, porquanto não constitui uma providência por si só produtora de resultados úteis e de finalidade palpável. Não é temerário dizer que consiste na única cautelar destituída de autonomia e totalmente dependente de outras determinações.

O estabelecimento de gradação entre as medidas cautelares diversas da prisão tem utilidade para moldar a miríade de situações que exigirão a imposição de providências assecuratórias extracarcerárias. O juiz deverá verificar a específica idoneidade de cada uma das medidas existentes em relação à sua natureza e ao grau de exigência cautelar a ser satisfeito no caso concreto, sem se esquecer do menor sacrifício a que se deve submeter o réu. ■

*Juiz federal da Seção Judiciária de Minas Gerais e professor adjunto da UFMG. Mestre e doutor em Ciências Penais pela UFMG

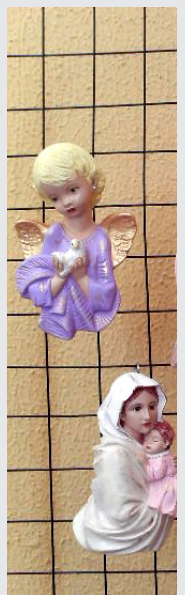
1. FERRAJOLI, Luigi. Derecho y razón – teoría del garantismo penal. 5.ª ed. Madrid: Trotta, 2001, p. 454, nota 175.



MISCELÂNEA das Artes

RAISSA CAPIBARIBE

No período de 4 a 15 de julho ocorreu, no hall do Tribunal, a exposição "Miscelânea das Artes", da artista plástica Lígia Peres de Melo. Entre as 100 peças decorativas e sacras expostas durante os sete dias, havia obras de madeira, gesso e vidro pintadas com diversas técnicas.



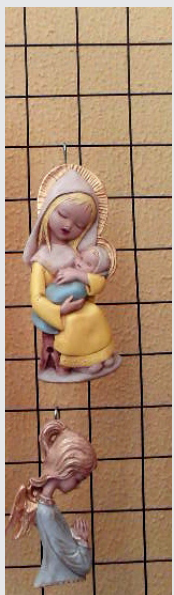


Em suas obras, Lúgia utiliza as técnicas de decupagem, que reveste com gravuras as superfícies de objetos de madeira, metal, vidro e tecido; craquelê, para criar efeitos de envelhecimento ou fendas em diversos tipos de material; e pátina, uma espécie de restauração que dá um novo aspecto à madeira.

A artista começou a produzir esculturas

há 30 anos por *hobby*, em 2006, passou a expor seus trabalhos. "Não tive influência de outras pessoas, comecei pintando para mim e, depois que comecei a expor minhas obras, não parei mais", conta a artista. ■

Contatos: ligia-peres2011@hotmail.com
(X-61) 9932-0454



FOTOS: ARQUIVO/SC/LOCI



modismo ou concepção de uma organização consciente?

▼ POR MÁRCIA MAZO (DIBIB) E MÁRCIO ALBUQUERQUE (SECOR)

Nunca se falou tanto em sustentabilidade quanto nos dias atuais. Mas, afinal de contas, o que é sustentabilidade? Segundo Cabrera (2009): “trata-se de um conceito sistêmico, ou seja, ele correlaciona e integra de forma organizada os aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais da sociedade”.

Nas últimas duas décadas, percebemos uma ampla mobilização entre os países pela busca de soluções que viessem melhorar a difícil e desgastada relação do ser humano com o meio ambiente. No cenário organizacional, o tema também começou a fazer parte da agenda de muitas empresas, inicialmente, do setor privado para, em seguida, passar a se manifestar no setor público. As iniciativas começaram a ser percebidas já que algumas organizações iniciaram um processo de atenção ao tema sustentabilidade e o associaram à imagem e à marca com ações voltadas para a responsabilidade socioambiental. Como resultado, o assunto tornou-se uma estratégia, configurando-se num posicionamento de ética e transparência para quem a adota.

Podemos dizer que o conceito de sustentabilidade significa promover a exploração de áreas ou o uso de recursos planetários (naturais ou não) pelo homem de forma que esse comportamento atinja de maneira amena ou contro-

lada o equilíbrio entre o meio ambiente e as comunidades humanas e toda a biosfera que dele dependem para existir. Em alguns aspectos, é um procedimento difícil de ser implementado e, em muitos casos, é economicamente inviável, pois há que se considerarem as características de vulnerabilidade e de que os recursos são finitos.

Atualmente é clara a ideia de que para o desenvolvimento e a estabilidade econômicos de uma sociedade é necessária a atenção aos diversos fatores que possam afetar a sustentabilidade no futuro.

De acordo com Sachs (1993), são cinco as dimensões de sustentabilidade, a saber: social, econômica, ecológica, espacial e cultural. A dimensão social busca consolidar um processo de desenvolvimento baseado em outro tipo de crescimento e orientado por outra visão do que é uma ‘boa’ sociedade; a dimensão econômica possibilita uma alocação e uma gestão mais eficientes dos recursos e um fluxo regular dos investimentos públicos e privados; a dimensão ecológica busca intensificar o uso dos recursos potenciais dos vários ecossistemas – com um mínimo de dano a eles – para propósitos socialmente válidos, limitar o consumo de combustíveis fósseis e de outros produtos facilmente esgotáveis ou ambientalmente prejudiciais, reduzir o volume de

resíduos e poluição, reciclar e conservar, limitar o consumo material, investir em pesquisa de tecnologias limpas, definir e assegurar o cumprimento de regras para uma adequada proteção ambiental; a dimensão espacial está voltada a uma configuração rural-urbana mais equilibrada e uma melhor distribuição territorial de assentamentos humanos e atividades econômicas; a cultural preocupa-se com o respeito às especificidades de cada ecossistema, década, cultura e de cada local.

Há ações que são de fácil implementação, como o conceito dos "3R's", onde temos comportamentos para reduzir o consumo de papel, reutilizar sempre que possível e, finalmente, reciclar, objetivando a diminuição da quantidade de resíduos. A partir de pequenas atitudes é iniciado o processo de conscientização.

Para efetivamente implantar a sustentabilidade ou, ao menos, sua cultura antes das ações, é necessário que se tenham políticas de esclarecimento quanto à geração de valor para a organização, formas de engajamento dos servidores nesse processo de mudança e transformação, além da criação de grupos de trabalho ou comitês, escolha de ferramentas e instrumentos de controle, verificação do impacto de seus processos.

Talvez um fator que não proporcione grande adesão à política de sustentabilidade seja a dificuldade de entendimento de padrões e regras sobre como efetivamente implantá-la no âmbito organizacional.

Como promover a sensibilização para a mudança de comportamento e internalização de atitudes ecologicamente corretas? Como reverter a insustentabilidade ambiental e melhorar a qualidade de vida? Como mensurar a eficiência da educação ambiental como instrumento de gestão – sistema integrado? Como implantar e monitorar os indicadores essenciais: consumo de energia elétrica, consumo de água,

consumo de materiais de escritório e o consumo de copos descartáveis? Esses seriam apenas alguns questionamentos a serem levados em consideração e já apresentam uma dificuldade imensa em sua apuração.

Há, na literatura, a citação de pelo menos 10 desafios relacionados à sustentabilidade (VOLTOLINI, 2011). Cabe aqui uma reflexão sobre o que isso tem a ver com cada indivíduo e a sua organização – caminhos para superá-los.

- 1 - Encarar com firmeza os grandes temas da Sustentabilidade;
- 2 - Concentrar-se nos principais impactos do negócio (core business) da organização;
- 3 - Entregar valor ao cliente - em processo e produto;
- 4 - Inserir a sustentabilidade na estratégia e não na superfície;
- 5 - Sensibilizar, mobilizar e formar lideranças;
- 6 - Pensar o todo e não as partes;
- 7- Sustentar o discurso com práticas claras e relevantes;
- 8 - Compreender o que pensam e educar os stakeholders;
- 9 - Fazer primeiro a lição de casa com os funcionários;
- 10 - Romper com a inércia para inovar.

Mais do que uma filosofia ou ação estratégica, é uma necessidade. Sociedade, setores público e privado além de entidades socioambientais, compartilham da ideia de que o planeta precisa de proteção e cuidados. Devemos estar atentos ao uso indiscriminado de papel, ao desperdício do consumo energético, do volume de água consumido, entre outros fatores, devem fazer parte da análise estratégica e decisória.

Devemos ter consciência de que a soma de pequenas ações pode repercutir de maneira positiva e grandiosa. ■

CABRERA, Luiz Carlos. *Revista Você S/A*, n.5, 2009. Disponível em: http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/desenvolvimento/conteudo_474382.shtml. Acesso em: 14 out. 2011.

SACHS, Ignacy. *Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Studio Nobel; Fundação para o Desenvolvimento Administrativo, 1993.

VOLTOLINI, Ricardo. Voltolini fala sobre os dez desafios da sustentabilidade para as empresas. Disponível em: <http://www.agenciafiap.com.br/noticia/voltolini-fala-sobre-os-dez-desafios-da-sustentabilidade-para-as-empresas/>. Acesso em: 14 out. 2011.

POR aí



Apaixonante



Hotel Grand Canal

GRAND CANAL

PRIMEIRA REGIÃO - Junho 2011
sm.revista



Gondoleiro



Veneza

NÃO SOU ADEPTO DE GRANDES METRÓPOLES, NEM DE LOCAIS PREFERIDOS PELA GRANDE MAIORIA DOS TURISTAS, MAS RECONHEÇO QUE VENEZA É LITERALMENTE ROMÂNTICA E APAIXONANTE!

DIRIA, COM SONORO SUSPIRO, SER O LUGAR ONDE O AMOR HABITA. E É PRA LÁ QUE VIAJO COM VOCÊ NESTA EDIÇÃO. APAIXONE-SE TAMBÉM!

▼ EUVALDO SOARES DE PINHO/MC*



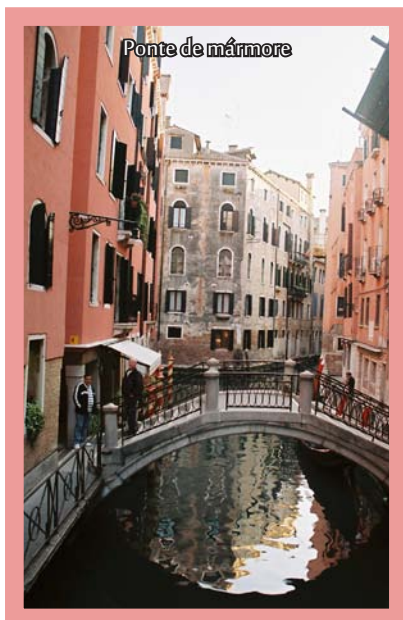
Jogo de luzes



Mosaicos de São Marco



Ponte rialto



Veneza foi o destino que eu e minha esposa escolhemos para comemorar o aniversário de namoro, já que não festejamos a data de casamento, e sim o dia em que toda nossa história começou.

Mundialmente famosa por seus canais, foi construída sobre um arquipélago de 120 ilhas. A locomoção em Veneza continua como há séculos, pela água ou a pé. Cerca de 400 pontes fazem o papel de viadutos, interligando-as. Escolhemos a segunda quinzena do mês de março, época de menor fluxo de turistas, já que no

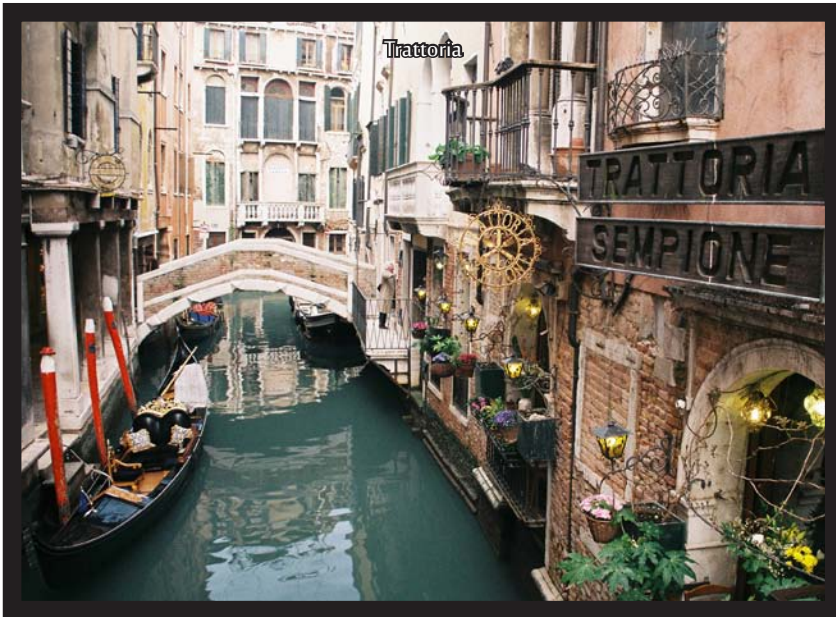
inverno o nível da água do mar sobe, chegando a inundar suas ruas.

Ficamos hospedados em um hotel, na cidade de Mestre, que, após aterro efetuado no século XX, foi interligada à Veneza por uma ponte, e onde os preços de hospedagem são bem mais generosos. Ao lado do hotel, em uma charutaria, compramos os tíquetes do ônibus que nos levaria a Veneza no dia seguinte, bem cedinho.

Nas charmosas ruelas e becos de Veneza é possível encontrar cantinhos românticos para apreciar um bom vinho e experimentar a típica sopa de peixe e a cassata italiana, sorvete de ricota com frutas cristalizadas, pistache e chocolate. Em cada esquina, uma surpresa. Tivemos a oportunidade de apreciar vistas lindas das casas na beira dos canais: peitoris de mármore, pequenos e antigos prédios, alguns ainda de pedra com janelas e venezianas adornadas com plantas coloridas, alvas cortinas rendadas de muito bom gosto, outras com seus varais onde secavam as roupas. O mais adorável foi sentir a tranquilidade daquela parte da cidade, somente quebrada pelas vozes e sons do interior das residências.

O cenário ficou ainda mais fascinante quando a noite chegou. Da Pon-





te Rialto, um dos pontos mais famosos de Veneza, os restaurantes lotados e as luzes da cidade refletidas nos canais acrescentavam ao nosso passeio um tom ainda mais romântico.

No segundo dia, fomos conhecer o lado esquerdo da cidade, à margem do Grande Canal. É nessa estrada, ou melhor, nesse caminho de águas que o "Vaporetto", uma lancha de grande porte, transporta seus passageiros. E foi às margens do grande canal, na Praça São Marco, que assistimos ao pôr do sol. Um espetáculo à parte registrado não somente por nossa máquina fotográfica, mas por nossas lembranças!

Na Praça São Marco, ficamos deslumbrados com a profusão de mármore brancos da Basílica de São Marco, que rodeia a praça. A Torre do Relógio, construída no final do século XV, impressiona: ela exibe as fases da lua e os signos do Zodíaco representados com o azul e o dourado. No alto, a figura do Leão Alado de São Marco se destaca imponente, pois representa o símbolo da cidade de Veneza.

Você deve estar se perguntando: e o passeio de gôndola ao som de violinos?

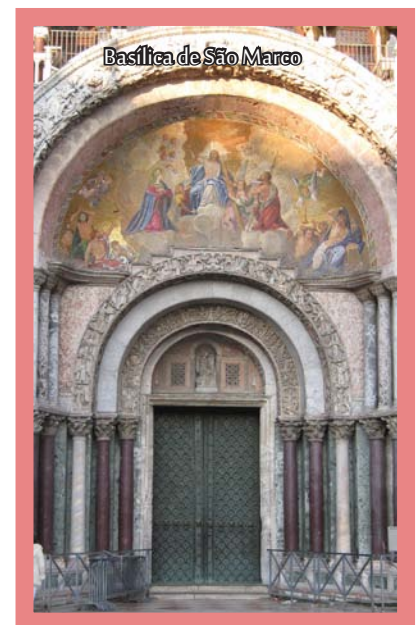
Esse é um dos momentos mais

apaixonantes de Veneza – diria único –, que fiz questão de deixar para o final deste texto. É preciso vivenciar! Acompanhado, de preferência, de sua "cara metade". Apesar do preço (150 euros) e do curto tempo (45 minutos), passear a dois no "Traghetto" vale muito a pena. E se você, caro leitor, me perguntar se há uma única palavra para resumir Veneza... a palavra é... APAIXONANTE.

Até a próxima. ■

*Eivaldo Pinho é assessor especial da presidência do TRF da 1.ª Região.

Fotos e legendas do autor





COM

Conflitos interpessoais no trabalho. Como lidar com eles?

O mundo abriga vários conflitos, que se centram na divergência de interesses, ideologias, religiões ou opiniões, e, como se não bastasse ver nos jornais, também temos conflito em casa e no trabalho. Não adianta fugir deles; o que podemos fazer de melhor é tentar entendê-los e aprender a lidar com eles.

Administrar conflitos é uma competência que pode ser aprendida. Trata-se de identificar, lidar e resolver situações divergentes entre pessoas, o que chamamos de conflitos interpessoais – existem também os conflitos internos, dos quais falaremos em outro momento.

Houve um momento na história das organizações que os conflitos eram considerados negativos. Porém, com a evolução dos modelos de gestão, com a comunicação mais aberta e com a participação das pessoas, eles passaram a ser oportunidades de aprendizado.

Em ambientes corporativos, os conflitos podem ser pessoais ou organizacionais. É importante buscar as causas, compreender a situação, conhecer o tamanho do problema, até mesmo para saber se é o caso de intervir com uma moderação.

O moderador não é um pacificador, mas uma pessoa preparada para isso. Ele deve ter uma postura neutra, equilibrada, não tendenciosa para nenhum dos lados conflitantes. Dependendo do tipo de conflito, poderá fazer uma intervenção, mas para isso precisa conhecer a natureza do conflito, que pode ser:

Latente: não é declarado e não há uma clara consciência de sua existência. Eventualmente não precisa ser trabalhado;

Percebido: as partes envolvidas sabem do conflito, embora não existam manifestações explícitas.

Sentido: é aquele que atinge ambas as partes, havendo já emoção negativa. Às vezes existem muitos deles no ambiente de trabalho.

Manifesto: trata-se do conflito que já atingiu ambas as partes, é percebido pelo grupo e pode até impactar na dinâmica da organização.

As causas podem ser várias, desde questões organizacionais, como choques de interesses entre áreas, falhas na comunicação, mudanças estruturais ou frustrações por promessas não cumpridas. Podem também nascer de luta pelo poder, inveja, fofocas, intrigas, nepotismo, entre tantos outros. A maneira de intervir nos conflitos poderá acentuá-los ou resolvê-los, portanto vale agir na medida certa, evitando aumentar as proporções do problema, de forma discreta e equilibrada.

Em muitos casos, a falta de conhecimento e experiência em lidar com adversidades gera baixo desempenho no trabalho e diminui a qualidade das interações e de relacionamento funcional; conseqüentemente os resultados do trabalho são prejudicados, o que ninguém deseja.

Contudo, não se evita o aparecimento de conflito, pois eles podem ser produtivos. Portanto, gerir essas situações

comportamento comportamento comportamento portamento

de maneira eficiente é a melhor solução. Fazer de conta que nada aconteceu pode perpetuar uma situação indesejável. Uma boa conversa moderada pode alinhar os pontos de vista e ainda fazer com que exista confiança; o grupo tende ao amadurecimento e, como consequência, há melhoria nos resultados organizacionais.

O papel do moderador em um ambiente familiar pode ser a mãe, o pai ou um irmão mais velho. Em ambientes profissionais pode ser o chefe ou um colega mais experiente, desde que tenham um interesse genuíno na resolução com neutralidade e temperança para não piorar o clima e agravar a situação. Algumas estratégias possíveis na solução dos problemas são:

Retirada: uma das partes desiste, evade ou adia a solução (perde-ganha);

Força: uma das partes com o poder toma a decisão unilateralmente (ganha-perde)

Compromisso: Solução onde as partes cedem um pouco cada uma (perde-perde);

Apaziguamento: na falta de solução mais efetiva, busca-se, pelo menos, o não confronto.

Negociação: Busca-se uma solução intermediária em que as partes, mesmo cedendo, ainda ganham (ganha-ganha).

Ao buscar a solução de um conflito, seja você parte dele ou um moderador; siga as dicas abaixo:

- Identifique a causa do problema e procure soluções, e não culpados, pois quando o conflito está instalado saber

quem é o culpado não ajuda em nada;

- É bom fazer anteriormente uma análise da situação, converse com respeito, ouvindo com paciência e sem interromper. Fale com clareza e temperança, evitando críticas abertas, pois elas podem encerrar rapidamente as chances de um acordo;

- Reconheça falhas se for o caso, coloque-se no lugar do outro e seja resiliente. Procure a solução ganha-ganha, focando se possível na eliminação da causa do conflito.

Em um mundo com tantos conflitos precisamos aprender a ser flexíveis e estar dispostos a entender outros pontos de vista e também aprender a recuperar a nossa energia diante de embates, em que nosso ponto de vista não prevaleceu. A vida continua, e outras oportunidades virão.

Ao invés de apenas sofrer ou combater cegamente, criando abismos nas relações, que são muito danosos, precisamos aprender a defender nossas ideias com afinco, temperança e justiça. Porém, diante de um resultado não favorável, precisamos aprender a desapegar, aceitar o diferente, amadurecer e recomeçar! Isso é ser resiliente.

Nós temos chances todos os dias para esse aprendizado; gerenciando bem nossos conflitos poderemos aprender a ser profissionais mais conscientes e – por que não dizer? – seres humanos melhores e mais evoluídos. ■

*Professora da Escola Nacional de Administração Pública e consultora organizacional

Infecção Urinária

A MAIORIA DOS CASOS É SIMPLES, MAS SEM ATENÇÃO PODE TORNAR-SE GRAVE

PAULA ODA/IM

Quando o inverno chega ao Brasil, algumas regiões sofrem drasticamente com a seca – nelas se incluem o Distrito Federal, Goiás e Mato Grosso. Com ela, que é caracterizada pela baixa umidade relativa do ar, vírus e bactérias encontram o ambiente adequado para proliferar, causando infecções como a do trato urinário, a rinite, sinusite, meningite, entre muitas outras.

Para evitar a contaminação, os médicos aconselham tomar bastante líquido, mas apesar da recomendação é comum a população não se hidratar com pelo menos dois litros de água diários, o mínimo recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Esquecer-se de tomar água pode ser um grande vilão no ambiente de trabalho, por exemplo. No Tribunal Regional Federal da Primeira Região são consumidos, aproximadamente, 110 galões de 20 litros de água nos dias quentes, por cerca de 53 magistrados, 1.713 servidores, 750 prestadores de serviço e 411 estagiários, menos de dois litros por pessoa, segundo a Seção de Copa, Limpeza e Conservação (Secol).

Não é à toa que o número de casos de infecção do trato urinário dobra nesta época. De acordo com o urologista do Hospital Urológico de Brasília, Uerik Mattos,

as infecções urinárias são muito comuns e frequentes na população.

O especialista explica que a incidência varia de acordo com a faixa etária. “No primeiro ano de vida é mais comum nos homens devido a um número maior de máis formações congênitas no sexo masculino. Após esse período, torna-se mais comum em mulheres, cerca de 10 a 20 vezes mais se comparado aos homens, em decorrência de a uretra feminina ser mais curta, favorecendo a colonização de microorganismos pela flora fecal ou pela contaminação no ato sexual”.

A infecção urinária é causada por bactérias ou fungos, sendo que a *Escherichia coli*, encontrada na flora intestinal, é a mais comum, segundo Uerik Mattos. “Ela é responsável por cerca de 70% dos casos, e a percentagem alta pode ser explicada pela proximidade do ânus com as genitálias femininas ou masculinas”, afirma.

Caracterizada pela presença de microorganismos na urina, a infecção pode atingir qualquer parte do sistema urinário do paciente: rins, bexiga e uretra, podendo também atingir a próstata nos homens. Elas podem ser classificadas de acordo com sua localização: na bexiga é chamada de cistite, na uretra é denominada uretrite, no



rim é denominada pielonefrite, no epidídimo, ducto que coleta e armazena os espermatozoides produzidos pelo testículo, é conhecida como epididimite, no testículo é chamada de orquite e, na próstata, prostatite.

Todas elas podem ou não apresentar sintomas. Os mais comuns são: a urgência em urinar, a alta frequência, sensação de queimação e dor para urinar, jato urinário reduzido, urina turva, sinais de sangue na urina, dando uma coloração escura ou rosada, cheiro forte. Nas mulheres pode causar dor pélvica, baixo ventre, e nos homens, dor retal. Quando está localizada nos rins, os sintomas incluem febre, dor lombar e nos flancos, lateral do tórax, náuseas e vômitos.

Os sintomas ajudam bastante no diagnóstico, segundo Mattos. Para a confirmação normalmente são recomendados exames laboratoriais, como análise de amostra da urina, quando será observada a presença

de pus, células vermelhas do sangue, número de bactérias, presença de leucócitos e sedimentos urinários.

“É importante a agilidade em dar o diagnóstico e, logo em seguida, começar o tratamento, pois a proliferação dos microorganismos pode disseminar a infecção para outras partes do corpo”, alerta.

O tratamento visa principalmente à eliminação dos agentes causadores da infecção do trato urinário e, na maioria dos casos, são prescritos antibióticos. “Os sintomas normalmente desaparecem nos primeiros dias do tratamento, mas é necessário prosseguir com ele até o final. Caso contrário, a infecção pode se desenvolver novamente e com bactérias mais resistentes aos medicamentos”, explica Mattos.

Mesmo que o tratamento seja feito corretamente, não quer dizer que a infecção só aconteça uma vez na vida, pelo contrário, há pessoas que constantemente apre-

sentam o quadro. Para Mattos, o motivo da infecção para quem frequentemente passa por esse problema podem ser fatores hereditários e imunológicos. “A atenção com a higiene é essencial, mas a infecção pode aparecer mesmo em quem toma todo o cuidado do mundo”,

Mesmo com todos os cuidados possíveis, a servidora do TRF, M.A., já teve infecção do trato urinário pelo menos dez vezes e, em alguns momentos, uma seguida da outra. Ela conta que quando os sintomas começam, mesmo que desconfie que seja infecção, procura auxílio médico e jamais se automedica. Além disso, procura beber bastante água e, como a infecção urinária pode estar ligada à baixa imunidade, ela tenta adotar medidas para manter uma alimentação balanceada e evitar situações de grande estresse. “Há alguns meses tomo um iogurte rico em lactobacilos, o que também me ajuda”, conta ela.

Grupos de risco – de acordo com o urologista, o cuidado precisa ser ainda maior com idosos porque a resistência é menor e, nessa fase, há uma queda de hormônios que deixam a região pélvica mais sensível, diz o urologista. Ele também alerta aquelas no período de gravidez, que são cerca de 20% dos casos, “durante esse período o aumento da circulação sanguínea na região pélvica faz a umidade vaginal aumentar, facilitando a passagem das bactérias do ânus para a uretra”.

De acordo com Mattos, outros grupos de risco são os diabéticos, mulheres que usam certos métodos de controle de natalidade, como o diafragma, agentes espermicidas, ou que estejam na menopausa, pessoas que tenham utilizado sondas uretrais, aqueles que apresentam prisão de ventre (constipação), herpes genital e cálculo renal. ■

DICAS DO ESPECIALISTA

Para evitar a contaminação com microorganismos e não sofrer com a infecção urinária, o especialista em urologia aconselha, em primeiro lugar, beber no mínimo dois litros de água por dia, manter hábitos saudáveis de higiene, trocar regularmente a roupa íntima para evitar a proliferação de bactérias e agentes infecciosos, não segurar a urina por muito tempo para evitar a proliferação bacteriana.

Outras dicas do médico urologista:
Ao urinar, espere a bexiga se esvaziar completamente; evite o uso de banheira, pois podem estar cheias de agentes infecciosos; mantenha hábitos de vida saudáveis, como uma alimentação balanceada. Evite o estresse, fadiga e nervosismo, pois podem reduzir o sistema imunológico e propiciar o aparecimento de infecções; trate adequadamente problemas de prisão de ventre; utilize roupas quentes no inverno; evite roupas íntimas muito apertadas, curtas ou sintéticas e dê preferência às confecções de algodão. Às mulheres o especialista lembra que é importante limpar-se da frente para trás, após urinar – para evitar que bactérias fecais entrem em contato com o canal urinário – e, após o ato sexual, esvaziar completamente a bexiga.



ONU COLOCA BRASIL SOB SUSPEITA DE TORTURA E VISITARÁ CADEIAS E UNIDADES PARA JOVENS

INTERNET



A Organização das Nações Unidas (ONU) fará a maior inspeção internacional já realizada nas prisões brasileiras para avaliar sérias denúncias de uso da tortura no país. Segundo informações, a missão recebeu evidências de ONGs apontando para violações aos direitos humanos em centros de detenção provisória, prisões e nas unidades que cuidam de jovens infratores em vários estados.

O Estado de São Paulo
2/julho/2011

DENTES NOVOS FEITOS DE CÉLULAS-TRONCO

Um grupo de cientistas japoneses anunciou ter conseguido produzir e implantar, com sucesso, dentes novos para camundongos a partir de células-tronco. A descoberta abre caminho para a tão sonhada medicina regenerativa, em que órgãos humanos doentes ou defeituosos poderiam ser substituídos por outros produzidos em laboratório a partir das células do próprio paciente. No momento, pesquisadores de todo o mundo não têm um método para cultivar órgãos tridimensionais *in vitro* (fora do corpo). Terão que desenvolver tecnologias para a cultura de órgãos biofabricados.

O Globo
13/julho/2011

TESTES PROMETEM DIAGNÓSTICO MAIS CEDO DE ALZHEIMER

Exames que detectam uma proteína no cérebro ou no sangue e um outro teste que mede a largura de vasos sanguíneos na retina são as novas promessas para o diagnóstico precoce da doença de Alzheimer, que afeta 36 milhões de pessoas no mundo. Os novos métodos foram discutidos em uma conferência internacional de Alzheimer, que acontece em Paris. Atualmente o diagnóstico da doença se baseia no histórico familiar e em informações do paciente, como avaliação mental e sinais neurológicos.

Folha de S. Paulo
21/julho/2011

PROCURADOR-GERAL LIVRA GUSHIKEN, MAS PEDE CONDENÇÃO DE RÉUS DO MENSALÃO

Um dia após ter sido indicado para o segundo mandato de procurador-geral da República, Roberto Gurgel pediu ao STF que condene 37 dos 38 réus do processo do mensalão. Para Gurgel só não existem provas contra o ex-ministro da Comunicação Social, e, portanto, ele deve ser absolvido. O esquema do mensalão foi o principal escândalo do governo do ex-presidente Lula e envolveu autoridades poderosas da época, como o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu.

Estado de São Paulo
8/ julho/2011

JUSTIÇA QUER REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA

O CNJ (Conselho Nacional de Justiça) está concluindo uma proposta, que será levada ao Executivo, de criação de previdência específica para os magistrados e funcionários do Judiciário.

Há duas opções: criar uma entidade para gerir só as aposentadorias dos juízes e servidores, ou um fundo próprio do Judiciário administrado por uma instituição única para todo o funcionalismo.

No primeiro caso, a maior dificuldade seria o alto custo de manter uma estrutura para gerenciar os recursos de menos de 150 mil servidores, entre ativos e inativos. Na segunda alternativa, porém, os magistrados querem que cada poder tenha o mesmo peso na gestão dos fundos.



Folha de S. Paulo
03/julho/2011





Projetos: uma nova arquitetura judicial

Quando se pensa no amanhã das organizações, imagina-se algo melhor para se atingir, um estado futuro desejado, “visionado”, caso se queira buscar uma identidade de relação com o termo “visão”. Tal conceito, utilizado na literatura de Planejamento Estratégico, permite-nos imaginar a nova organização. Todavia, entre o hoje e o amanhã há o espaço do presente, das ações e dos desafios.

Projeto ou *projectu*, etimologicamente falando, traduz-se por “lançado para diante”, revelando, desde a sua essência, seu propósito de unir o presente ao futuro. Metaforicamente, representa-se o termo, ou o empreendimento, como alguns o tratam, pela imagem de uma ponte. Nessa abstração, pode-se vislumbrar, de um lado, o estado atual, como as coisas estão hoje; do outro, o retrato formado por um mosaico de objetivos, o amanhã ambicionado. Entre os dois “mundos”, o vazio, ou *gap* (lacuna), a ser ultrapassado pela ponte-projeto. Esses *gaps* têm por núcleos, problemas a serem resolvidos. Quanto maior o *gap*, maior o problema. Quanto maior o problema, maior o projeto. Isso inclui possibilidades e restrições de recursos humanos, materiais, orçamentários, financeiros, informacionais, de tempo e de instalações.

A nova metodologia incita a economicidade, a prudência com prazos e recursos e a objetividade, com medições de performance. Projeto facilita responder à questão: atingimos ou não os resultados planejados e esperados? Contribui, ainda, para que os objetivos do intento sejam examinados com atenção, com o fim de evitar-se que a ponte não alcance a extremidade oposta. Cooperar também para que o empreendimento se dê no sentido da estratégia, com o propósito de se chegar aonde se deseja. De acordo com a literatura, não é incomum encontrar organizações “perdidas”, pois, segundo relatos, os colaboradores executam tarefas sem o conhecimento do completo caminho

que se está percorrendo. Algo como assentar tijolos sem saber por quê.

Assim como a ponte que atravessa o espaço, a representação organizacional do projeto dá-se da mesma forma. Sua ação perpassa, horizontalmente, compartimentos burocráticos funcionais (diretorias, secretarias), tradicionalmente, de viés hierárquico e, portanto, vertical (subordinado-superior). Flui pelo meio da estrutura e dos sistemas organizacionais, lidando com os elementos básicos ou fundamentais (pessoas, instalações, TI, orçamento e informação), unidos e amalgamados nos processos de trabalho (críticos e não críticos, judiciais e administrativos). Ocasiona a nova arquitetura, dessa forma, um enlace entre gerentes de processos (ou rotinas de trabalho), de projetos, bem como de gestores de unidades estratégicas do negócio de julgar com efetividade, nossa Missão.

A inteligência estratégica, como o peixeiro, está com um olho na gestão dessa ferramenta gerencial (projetos) e com o outro nas oportunidades de melhoria, identificadas pelos diagnósticos situacionais e pesquisas de clima – realizadas com servidores, prestadores e estagiários – e de satisfação – quando participam jurisdicionados, escritórios de advocacia e operadores do Direito. Como pano de fundo, está o porvir apontado pela Visão.

Remédios gerenciais há muitos. O que dá maior confiança nessa trajetória é o fato de que os empreendimentos que aderiram a tal metodologia encontraram menos óbices no planejamento, melhor controle da execução e maior sucesso em seus resultados. Por que não o Judiciário? ■

*José Ferretti (analista judiciário), Madelena Suzuki (técnica judiciária) e Priscila Falleiros (estagiária) são lotados no Escritório de Projetos Estratégicos Regional (Eper), no Centro de Estudos e Apoio à Gestão Organizacional (Cenag), do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região

Ouvir você é questão de justiça.



Ouvidoria da Justiça Federal da 1ª Região





Praça dos Tribunais Superiores
SAS, Quadra 2, Bloco A
CEP: 70095-900
Brasília - Distrito Federal
primeiraregioemrevista@trf1.jus.br
www.trf1.jus.br